

ATA 2029ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos,
2 realizou-se a segunda milésima vigésima nona reunião Plenária Ordinária do Conselho
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.
4 Estiveram presentes 19 (dezenove) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e
5 suplentes, a seguir indicadas/os: Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,
6 Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz do Nascimento,
7 Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges
8 Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar
9 Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barbosa
10 Damasceno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Rodrigo
11 Fernando Presotto, conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de
12 horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da
13 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Esteve presente, também, o gestor da
14 subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, Juliel Modesto de Araujo. E, enquanto
15 convidados, Cláudio Capitão, Milton Saba e o Paulo Roberto Camargo. **ORDEM DO DIA: I)**
16 **METODOLOGIA DA PLENÁRIA** – Luciana Stoppa dos Santos comenta que conforme
17 consta na pauta desta plenária, a primeira decisão dessa plenária deve ser a pactuação da
18 metodologia da plenária. Há duas propostas de metodologia, uma trazida por Beatriz
19 Brambilla e outra por Bruna Falleiros. Propõe que cada uma apresente sua proposta em
20 cerca de 5 (cinco) minutos. **Proposta 1** - Bruna Falleiros informa que não se trata
21 propriamente de uma proposta, mas de acordos e resgate de questões que já foram
22 pactuadas. 1) Considera essencial o respeito ao pensamento, posicionamento político e
23 fala de todas/os, sem cerceamento de fala de qualquer tipo. Nenhuma fala deve ser
24 interrompida até ser finalizada. 2) Que a mesa diretora também se inscreva e não use a
25 palavra para pontuar, interromper, comentar a fala das outras pessoas sem estar inscritas.
26 3) Caso a fala de alguma das pessoas da mesa diretora for fazer alguma fala de
27 posicionamento contrária a alguma fala anterior, é importante que a fala seja enunciada
28 pessoalmente, que a pessoa se retire, no momento, da mesa diretora, para não gerar
29 confusão dos lugares. 4) Tinham o critério de qualificar os pontos de pauta e encaminhar
30 as apresentações e os subsídios que seriam utilizados para os pontos de pauta, o que não
31 tem mais acontecido. Então, que se apresentem os subsídios ou a explicação do
32 enunciado com antecedência, para que todas/os possam se apropriar daquilo que será

33 discutido. 5) Sobre o horário das plenárias, que garantam um intervalo de, no mínimo,
34 1(uma) hora para almoço. 6) Conforme já acordado anteriormente, que o teto de término
35 da plenária seja às 18 horas, com duas repactuações de 30 (trinta) minutos, quando
36 necessário, considerando a convocação até às 17 horas. 7) Que se delimite a distinção
37 entre o que é informe e o que é pauta. 8) Sobre as pautas remanescentes, que possam ser
38 adiadas somente por três plenárias. E que as pautas sejam numeradas na ordem de
39 entrada, sem deixar uma pauta nova à frente de um ponto renascente. 9) Que as pautas
40 temáticas sejam subsidiadas a priori pelo grupo (Núcleo, Comissão, etc.) a que ela se
41 refere. 10) Que sejam feitos informes a cada plenária sobre as representações que o CPR
42 SP tem feito. **Proposta 2** – Beatriz Borges Brambilla informa que traz algumas reflexões a
43 respeito da forma como tem sido o funcionamento do plenário. Especialmente, com base
44 no princípio de socialização e democratização da palavra e reconhecendo a forma como
45 cada um se organiza. 1) Entende que se deve ter o tempo como um critério para
46 organização, mas como a possibilidade de ser revisto em cada caso e que possa haver
47 novas inscrições. 2) Que as/os conselheiras/os iniciem a plenária com informes, as
48 representações que têm feito e sobre o que seus coletivos, inclusive Diretoria, têm
49 discutido. Um informe de até 5 (cinco) minutos para cada um. Entende que isso subsidiaria
50 a priorização da pauta. 3) Que haja uma espécie de Regimento para o funcionamento da
51 plenária, porque em algum momento, haviam decidido que discutiríamos, prioritariamente, os
52 pontos remanescentes. Um Regimento poderia ajudar a que essas coisas já sejam
53 normatizadas. Para tanto, pode-se utilizar como base o Regimento da APAF – Assembleia
54 das Políticas, da Administração e das Finanças. Sua sugestão de ordem na Plenária, que
55 poderia constar nesse Regimento é: Informes, definição da Ordem do Dia, discussão dos
56 pontos de pauta. Na apresentação dos pontos, cada responsável teria 15 (quinze) minutos
57 e os subsídios devem ser encaminhados com antecedência ao plenário. Também, que
58 haja um número máximo de inscrições e que cada fala tenha, até 03 (três) minutos. Caso
59 haja divergências, encaminham para votação. Considera que isso fará com que consigam
60 discutir mais pautas, em nome do compromisso do plenário com as pautas trazidas pela
61 categoria. 4) Além da Diretoria não interromper falas, conforme proposta apresentado por
62 Bruna, entende que todo o plenário deve assumir esse compromisso. **Considerações do**
63 **plenário:** 1) Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que, como trabalham com um número
64 enorme de pautas, muitas vezes falham com o partilhamento das informações que
65 subsidiam os pontos. Concorde que devem ter um regimento para organizar a dinâmica da
66 plenária. A mesa diretora concorda que devem ter mais agilidade nas discussões das
67 pautas e que devem estabelecer teto para encerramento da plenária. Exceder o horário de

68 finalização é algo histórico, já acontecia em gestões anteriores. 2) Luciana Stoppa dos
69 Santos ressalta que há despesas com a realização das plenárias, assim, entende
70 importante também do ponto de vista do respeito à gestão pública. Assim, entende que é
71 importante delimitar um tempo para cada fala. 3) Evelyn Sayeg entende que a proposta
72 trazida por Beatriz Brambilla trará enrijecimento, o que será prejudicial diante das
73 discussões das pautas plurais. Algumas pautas não se encaixarão nesse método proposto.
74 Talvez possam apenas definir o tempo para discussão de uma pauta e repactuar esse
75 tempo, se necessário. Vários pontos de pauta remanescentes são parte da disputa política
76 que existe neste plenário e que precisam repensar a necessidade de mantê-los. 4) Rodrigo
77 Presotto relata que quando propôs a pauta “Avaliação do Processo de Trabalho dos
78 Conselheiros”, a ideia era algo como está sendo feito neste momento, de construção de
79 um processo de organização do processo de trabalho na plenária. Assim, pede a
80 supressão dessa pauta. 5) Rodrigo Toledo considera que as duas propostas dialogam e
81 entende que possa enrijecer algumas pautas, como colocado por Evelyn Sayeg. Mas,
82 considera que o plenário tem vivido um cenário legalista, com cobranças nesse campo.
83 Ainda que não de forma tão rígida, é necessária uma orientação. organizar os trabalhos. 6)
84 Ivana do Carmo Souza considera que as duas propostas se referem a questões diferentes
85 dentre de um mesmo processo, e, assim, dialogam. A diferença está na questão de
86 estabelecer tempo de fala. Considera que, uma vez que não estão conseguindo realizar as
87 discussões de forma breve naturalmente, que seria importante ter esse parâmetro externo,
88 considerando inclusive a saúde mental das/os conselheiras/os e dos trabalhadores que
89 precisam estar na plenária. 7) Bruna Falleiros considera que um Regimento seria algo
90 muito rígido, porque ele ficaria fixo até ser revisto. Mas, podem fazer um documento de
91 orientação de forma coletiva. Na próxima plenária avalizam e o documento passa a ser o
92 norteador dos trabalhos. Sobre os informes propostos por Beatriz Brambilla, considera
93 importante, mas que seria difícil por conta do tempo. Assim, sugere que as Comissões de
94 Direitos Humanos e Políticas Públicas sejam responsáveis por trazer as informações
95 gerais dos núcleos relacionados a cada uma delas. Além das Comissões de Ética e de
96 Direitos Humanos. O GT que cuidaria da interiorização e regionalização parece estar
97 inativo, mas talvez seja o meio de fazer os informes sobre as questões das regiões. Como
98 não está mais na coordenação de uma subsede, entende que não faz sentido que fique a
99 frente deste GT. 8) Maria Rozineti Gonçalves coloca, sobre possíveis interrupções da
100 Diretoria, pondera que se estabelecerem tempo de fala, isso ocorrerá a fim de garantir o
101 respeito a esse tempo. Sugere que já pensem em formas de organizar esta plenária. 9)
102 Evelyn Sayeg pondera que essa discussão está sendo realizada porque existem

103 divergências na plenária e que se trata de uma negociação. Apesar de um dos grupos ter
104 maioria, entende que se trata de uma discussão de outra ordem. Pondera que o não
105 cerceamento de fala, de qualquer ordem, é inegociável para o seu grupo. Algumas
106 pessoas são mais prolixas e outras mais sucintas. Relata, ainda, que o Fórum de Gestores
107 foi criado com o intuito de dialogar com os núcleos. Assim, entende que as Comissões de
108 Políticas Públicas e de Direitos Humanos podem trazer as informações mais relevantes
109 desses espaços. Propõe como encaminhamento que devem iniciar praticando aquilo das
110 propostas que é consenso, e aquilo que não é, podem amadurecer mais a discussão. 10)
111 Maria Mercedes Guarnieri pontua que há muitas questões importantes para tratarem, como
112 as ameaças ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, à CLT – Consolidação das
113 Leis do Trabalho, ao SUS – Sistema Único de Saúde, enquanto o plenário discute quanto
114 tempo de fala cada um terá. 11) Rodrigo Toledo sugere que Beatriz Brambilla e Bruna
115 Falleiros façam uma minuta com a proposta de documento orientativo aos trabalhos da
116 Plenária, entendendo que há mais convergências do que divergências. Considera que as
117 falas devem ter um limite de tempo, para evitar verborragia. 12) Bruna Falleiros ressalta
118 que apenas está sendo a porta-voz de uma proposta construída coletivamente pelo grupo
119 Integra. Para ela, é inegociável o respeito e relata que diversas vezes foi desrespeitada no
120 plenário, às vezes na forma de violências planejadas, que são mais ofensivas que um
121 xingamento, por exemplo. Concorda com a proposta de Rodrigo Toledo. 13) Bruna
122 Falleiros comenta que, se considerarem que os informes propostos sobre os Núcleos seria
123 uma espécie de Análise de Conjuntura, então deveria ser considerado como um ponto de
124 pauta, porque seria deliberativo. Cita, também, que há muitas pautas pendentes que os
125 responsáveis podem não ter mais interesse em manter. **Encaminhamento:** 1) Bruna
126 Lavinias Falleiros e Rodrigo Toledo construirão a minuta do documento orientativo para as
127 plenárias e irão encaminhar para o plenário, para que possam fazer sua contribuição. O
128 assunto será pauta da próxima Plenária Ordinária. 2) Será encaminhado e-mail aos
129 responsáveis pelos pontos remanescentes para que eles indiquem a manutenção ou não
130 desses pontos. Caso o ponto seja mantido, os responsáveis devem encaminhar subsídios
131 para que sejam encaminhados para conhecimento do plenário. 3) As anotações da
132 plenária realizadas pela Secretaria devem ter uma coluna específica, apenas para
133 anotação dos encaminhamentos. **II) INFORMES – 2.1) Justificativas de Ausência –**
134 Foram registradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Aristeu
135 Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Regiane
136 Aparecida Piva, Vinicius Cesca de Lima, Larissa Gomes Ornelas Pedott e Maurício
137 Marinho Iwai. **2.2) Comissão de Ética – 2.2.1 - Dados Quantitativos COE –** Rodrigo

138 Toledo comenta que esse ponto é remanescente da Plenária de março e foi pautado em
139 solicitação da discussão ocorrida na plenária de fevereiro. Relata que os dados
140 apresentados em fevereiro não constavam no Portal da Transparência devido ao sistema
141 do CFP. Mas, já dialogaram e solicitaram à Comunicação que realizasse essa inclusão.
142 Havia ficado pendente também informar a periodicidade em que é possível, para a
143 Comissão de Ética, atualizar esses dados. Considerando que os dados são produzidos
144 manualmente, o excesso de demandas sob responsabilidade das trabalhadoras do
145 departamento da Comissão de Ética e, em especial, a saúde das trabalhadoras, pontua
146 que os dados podem ser atualizados semestralmente. Quando houver um sistema que
147 faça a sistematização dessas informações, podem pactuar outro prazo. *2.2.2 - Projeto de*
148 *Regionalização Campinas e Sorocaba* – Rodrigo Toledo relata que na plenária de fevereiro
149 o questionaram porque as regionalizações de Campinas e Sorocaba ainda não haviam
150 ocorrido em 2017, conforme havia sido definido anteriormente. Informa que esteve
151 presencialmente em Sorocaba e em Campinas, no mês de março, para articular a
152 regionalização nas subsedes. A regionalização de Campinas deve começar no mês de
153 maio e de Sorocaba no mês de junho. A primeira reunião em Sorocaba será realizada no
154 dia 22 de junho. *2.2.3 - Retorno de encaminhamentos de Plenárias Éticas* - Rodrigo Toledo
155 informa que houve um questionamento em plenária anterior sobre como encaminhavam o
156 que havia sido discutido em plenária ética. Desde outubro, quando assumiu a presidência
157 da COE, se reúne com Luciana Mantovani para discutir os encaminhamentos tirados nas
158 plenárias éticas e dar o andamento necessário. A questão é que as plenárias não são
159 compostas pelas mesmas pessoas, a cada plenária ética, há mudança de quórum. Então,
160 não sabia como circular esses encaminhamentos. Então, criaram uma pasta onde consta o
161 encaminhamento e o que a Comissão de Ética fez a partir dele, para que as/os
162 conselheiras/os possam acessar. Essa pasta estará disponível em todas as plenárias
163 éticas e podem também trazer à plenária ordinária. Os combinados sobre a organização
164 entram na sistematização de organização das plenárias, que são disponibilizados a quem
165 presidirá cada plenária, que é algo que já vinha sendo produzido desde a presidência
166 anterior da COE. Vem mantendo o mesmo documento e inserindo as novas informações.
167 Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias Falleiros sugere que, ao início de cada
168 plenária ética, sejam lidos, por cerca de um ou dois meses, os novos encaminhamentos. 2)
169 Ed Otsuka comenta que em várias plenárias têm sido discutidas as mesmas coisas, de
170 forma repetitiva. Também que as solicitações não partam somente da Comissão de Ética
171 para os Núcleos, mas que esses também possam acionar a Comissão. 3) Rodrigo Toledo
172 comenta que podem pautar, ao início de cada Plenária Ética, informes para contar aquilo

173 que foi deliberado mais recentemente. 4) Ed Otsuka comenta que esse informe deveria ser
174 um ponto de pauta, pois há questões a serem deliberadas, como os resumos, que muitas
175 vezes não refletem o momento de discussão e os acordos do plenário. 5) Suely Castaldi
176 Ortiz da Silva responde que foi colocado como informe porque não sabiam que haveria
177 deliberação, inicialmente seria apenas uma comunicação sobre o que seria realizado.
178 Informe que, se entenderem assim, podem passar a discussão para o ponto de pauta da
179 COE. E, nesse caso, seguem com os demais informes e, a discussão desse ponto será
180 realizada quando discutirem o ponto da COE. 6) Rodrigo Toledo complementa que os
181 informes que trouxe foram as solicitações que o plenário havia feito anteriormente. 7)
182 Bruna Lavinias Falleiros pontua que, neste momento, o ponto já foi discutido. E que é
183 necessário que o plenário entenda bem a diferença entre informe e ponto de pauta. Nesse
184 sentido, entende que outros informes da COE, “Justificativas de Plenárias Éticas”,
185 “Confirmação de Quórum de Plenárias Éticas e Plenárias de Julgamento” e “Câmara Ética
186 Profissional”, também não são informes, e sim pontos de pauta. “Oficinas de Documentos
187 Escritos”, caso seja somente para informar a quantidade que vem sendo realizada, pode
188 ser informe, mas caso precisem discutir algo, também se trata de um ponto de pauta.
189 Assim, sugere que “Justificativas de Plenárias Éticas”, “Confirmação de Quórum de
190 Plenárias Éticas e Plenárias de Julgamento” e “Câmara Ética Profissional” virem pontos de
191 pauta. 8) Ed Otsuka complementa que quando o plenário solicitou esses dados, era como
192 subsídios para uma discussão e não apenas que fosse dado um informe. 9) Rodrigo
193 Toledo entende que apenas lhe fizeram questionamos e que, agora, ele está trazendo as
194 informações solicitadas. **Encaminhamento:** Os informes “Justificativas de Plenárias
195 Éticas”, “Confirmação de Quórum de Plenárias Éticas e Plenárias de Julgamento”,
196 “Câmara Ética Profissional” e “Retorno de encaminhamentos de Plenárias Éticas” devem
197 ser discutidos junto com os pontos de pauta da COE, pois o plenário entendeu que não se
198 tratam apenas de informes. **2.3) Pauta do Jornal Psi (Edição 192)** – Ivani Francisco de
199 Oliveira agradece, pois, muitas pessoas responderam ao e-mail que solicitava a indicação
200 de pautas. Informa que não foi possível contemplar a todos. Uma das pautas indicadas já
201 havia sido contemplada na edição anterior, sobre pessoa com deficiência. Havia restado
202 uma dúvida sobre qual seção manter nesta próxima edição, entre “Perspectiva do usuário”,
203 “Um mundo melhor” e “América Latina”, mas decidiu manter a seção “Perspectiva do
204 usuário”, com uma avaliação sobre o 18 de maio, dia da luta antimanicomial. A edição
205 contemplará os meses de maio, junho e julho. Também trarão o depoimento especial e
206 escuta dentro do Sistema de Justiça, considerando a lei promulgada em abril de 2017
207 sobre o tema e a Nota Técnica sobre o tema. O CRP SP tem se posicionado contrário ao

208 depoimento especial, mas o assunto será melhor trabalhado na próxima edição. Sobre
209 “Ética” trarão a mediação nos processos éticos. Na seção “Psicologia e Cotidiano” falarão
210 sobre o desmonte do SUS e o modelo antimanicomial nas políticas de saúde. Será uma
211 matéria de 4 (quatro) páginas no Jornal. Também pensa em aproveitar a edição para
212 anunciar a pesquisa nacional que está sendo realizada pelo CREPOP sobre a rede de
213 atenção psicossocial. A matéria de capa será sobre a história da Psicologia do Esporte,
214 onde pensam em abordar a Copa do Mundo, o trabalho, contenção do esporte de alto
215 rendimento, pressão psicológica do atleta e das famílias e também as várias instituições
216 que trabalham o esporte como forma de intervenção das desigualdades sociais. Também
217 podem abordar a questão de gênero no esporte. Na seção “Subsedes” falarão sobre
218 Sorocaba, por conta do fechamento dos hospitais psiquiátricos, resgatando que em março
219 deste ano, o Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, ele foi oficialmente fechado. Foi o último
220 manicômio desativado na região. Em “Um mundo melhor”, falarão sobre o Fórum Social
221 Mundial, que contou a presença dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da
222 Silva e que também contou com a presença do CRP SP. Será feito um artigo nessa seção,
223 diferente do que era feito anteriormente, que eram feitas entrevistas. Na seção “América
224 Latina” trarão o Encontro da Ulapsi. E a seção “Um dia na vida” trará a entrevista com uma
225 psicóloga trabalhadora da Fundação Casa. Ainda aguardam indicações de publicações,
226 filmes e livros para a seção “Estante” do Jornal. Questiona se nessa seção podem colocar
227 os vencedores do “Prêmio Arthur Bispo do Rosário”. Relata o cronograma dessa edição,
228 até o dia 04 de maio precisam fazer o fechamento do boneco; no dia 07 precisam devolver
229 o boneco para últimos ajustes e preveem encaminhar no dia 08 para a gráfica. No dia 17
230 enviam para a gráfica e a impressão leva em torno de 10 dias úteis. Já passaram para o
231 Sinpsi – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, porque historicamente
232 encaminham a publicação deles junto ao Jornal Psi. Considerações do plenário: 1) Bruna
233 Lavinias Falleiros entende que não se trata de um informe, assim como a pauta do Jornal
234 deveria ter sido construída na plenária e não em trocas de e-mails. O Jornal deve ser pauta
235 de plenária antes da construção das pautas. Neste momento em que estão em um
236 desmonte completo das políticas públicas, em crise institucional e democrática, não
237 concorda que a capa do Jornal seja psicologia do esporte. Isso é extremamente
238 equivocado. O Jornal será lançado no 18 de maio e a pauta dos 30 anos da luta
239 antimanicomial será colocada como secundária no jornal, justo em um momento de
240 desmonte de políticas públicas e da saúde mental. A pauta deveria ser construída
241 coletivamente, ainda que por troca de e-mails, não pode ser as pessoas encaminharem as
242 sugestões e a conselheira Ivani escolher a que quiser. 2) Ivani Francisco de Oliveira

243 comenta que o Jornal vem sendo ponto de pauta há, pelo menos, três plenárias. A
244 sugestão da matéria de capa ser “Psicologia do Esporte” foi dada durante a última plenária.
245 Relata também que quando as conselheiras Evelyn Sayeg e Bruna Falleiros estavam à
246 frente da Comunicação, saiu um Jornal com um conteúdo que foi recusado por este
247 plenário, inclusive com o um vídeo relativo ao assunto. 3) Ed Otsuka comenta que quando
248 saiu a matéria sobre o Prêmio Arthur Bispo do Rosário não foi consultado e agora Ivani
249 Francisco propõe que seja colocado no mural, porque não dá para repetir a mesma
250 matéria. Sobre a matéria de quatro páginas sobre o desmonte do SUS, informa que o
251 Núcleo de Saúde solicitou contribuir com essa matéria, e lhes foi concedido um espaço de
252 2.000 caracteres. O Prêmio Arthur Bispo do Rosário iniciou no ano passado, por conta dos
253 30 anos da Carta de Bauru, e finalizou neste por conta dos 30 anos da Luta
254 antimanicomial. 4) Beatriz Brambilla comenta que haviam pensado em matérias de capa
255 para até o final do ano e tinha o indicativo de essa edição ser sobre Psicologia do Esporte,
256 considerando que sairia na época da Copa do Mundo. No entanto, a conjuntura atual é
257 outra. Sugere que o Jornal traga o 3º Princípio fundamental do Código de Ética Profissional
258 da/o Psicóloga/o: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e
259 historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, desenvolvendo uma
260 análise de conjuntura. E essa poderia ser a matéria de capa, contemplando o Desmonte do
261 SUS. Cita, também, que seria interessante também ter alguma parte do Jornal que traga o
262 V CBP – Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. 5) Bruna Falleiros considera
263 que comentar como foi a participação do CRP SP no Fórum Social Mundial não seja uma
264 boa estratégia para constar no Jornal, talvez para o Facebook. Ainda, questiona como foi
265 deliberada a participação do CRP SP nesse espaço, uma vez que não foi em plenária.
266 Sobre a matéria de “prestação de contas”, explica que estavam em um momento de crise
267 interna, quando a Diretoria seria derrubada e foi uma matéria para levar a categoria o que
268 estava sendo feito. 6) Luciana Stoppa pondera que a pauta do Jornal não foi discutida em
269 plenária porque ele tem prazo para sair e nesta plenária discutiram um método de
270 funcionamento da plenária, exatamente para darem conta de discutirem aquilo que
271 precisam discutir. A pauta ter sido discutida por e-mail é um sintoma daquilo que estão
272 fazendo. Sobre o Fórum Social Mundial, como as demais representações, foi deliberada
273 pela vice-presidência, que encaminhou à Comissão de Direitos Humanos. 7) Ivani
274 Francisco de Oliveira concorda que alterem a matéria de capa, conforme sugestão de
275 Beatriz Borges Brambilla. Colocando Psicologia do Esporte como uma matéria interna,
276 apenas. **Encaminhamento:** O plenário acorda a alteração da matéria de capa, que deverá
277 ser sobre o desmonte do SUS – Sistema Único de Saúde. **III) PRESTAÇÃO DE CONTAS**

278 – **EXERCÍCIO 2017** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que fez um roteiro para
279 apresentação da Prestação de Contas relativa ao exercício do ano de 2017. Apresentará
280 de forma sucinta. A Prestação de Contas é um instrumento contábil que, inclusive, está
281 previsto como uma das obrigações do Sistema Conselhos, conforme o Manual de
282 Procedimentos Administrativos e Financeiros, do Conselho Federal de Psicologia. Ela
283 possui uma série de características estipuladas pelo Manual (Resolução CFP nº 10/2007).
284 Estão mais habituadas a fazer análise política, via centro de custo, que têm acesso *online*,
285 mas o documento contábil é diferente. Para fazer a Prestação de Contas do ano de 2017,
286 há uma situação que é muito parecida com a prestação de contas anterior, que é ter uma
287 diretoria pelo período de nove meses, e outra, responsável pelos três últimos meses e que
288 é responsável por apresentar a prestação de contas. Outra questão referente a essa
289 Prestação de Contas, é que a CACI – Comissão de Auditoria e Controle Interno está mais
290 estruturada, com mais experiência. A CACI é responsável pela apreciação do Relatório de
291 Prestação de Contas, fazendo um relatório sobre. Considera ruim que o conselheiro
292 Vinicius Cesca não esteja presente a essa plenária, porque gostaria de dialogar com ele.
293 Na plenária passada, o conselheiro reclamou sobre o atraso para apresentação da
294 Prestação de Contas, e havia respondido que já tinha havido atraso em prestações
295 anteriores, mas Vinicius insistiu que não foi um atraso tão grande quanto dessa vez. No
296 entanto, verificou e no ano anterior a Prestação de Contas também foi apreciada na
297 Plenária de abril de 2017, portanto, se trata de um atraso igual ao que se deu no ano
298 anterior. Relata que abril é o último mês que é possível encaminhar ao CFP para não
299 atrapalhar o processo de prestação de conta deles. Relata que no ano anterior, compunha
300 a CACI e também fizeram um Parecer, mas que somente foi apreciado no mês de junho de
301 2018. Portanto, fizeram com mais atraso que este ano. Queria deixar registrado isso,
302 devido à discussão que houve na plenária passada. Relata que há vantagem em fazer
303 Prestação de Contas de um órgão público como o CRP SP, pois todo dispêndio financeiro
304 depende de um cheque, portanto, o controle bancário é bastante tranquilo e preciso.
305 Conseguem ver a saúde financeira do CRP SP, bem como a dificuldade de ter qualquer
306 problema de natureza indevida nas operações financeiras. O cheque é assinado por duas
307 pessoas, passa por uma cadeia de trabalhadoras/es. Seria muito difícil ter algum problema
308 nesse sentido. O ano de 2017 foi o primeiro em que estavam focados, pois já tinham feito o
309 Planejamento Estratégico, os caminhos já estavam mais bem definidos. A Prestação de
310 Contas tem uma extensão muito grande, assim, selecionou alguns itens. Considera que já
311 fizeram um trabalho importante de análise. Vai destacar aquilo que possuem de mais
312 relevante, o que podem transformar em político da peça. Trouxe algumas informações

313 destacadas, de forma sucinta. Recorda que fizeram um processo de Orçamento e nele
314 preveem, a partir de algumas estratégias, o quanto esperam arrecadar e gastar no ano.
315 Após isso, levantam quanto, de fato, foi realizado. Assim, apresenta a diferença entre o
316 que orçaram para 2017 e o que foi realizado. Para Receita Total, orçaram R\$
317 77.733.454,08 (setenta e sete milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e
318 cinquenta e quatro reais e oito centavos) e realizaram R\$ 36.666.661,55 (trinta e seis
319 milhões, seiscentos e sessenta e seis reais, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta
320 e cinco centavos), o que equivale a 47% do orçado; Anuidades de pessoa física, orçaram
321 R\$ 37.968.362,34 (trinta e sete milhões, novecentos e sessenta e oito reais, trezentos e
322 sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e realizaram R\$ 27.176.971,88 (vinte e
323 sete milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e oito
324 centavos), o que equivale a 72% do orçado; Anuidades de Pessoa Jurídica, orçaram R\$
325 1.197.516,18 (um milhão, cento e noventa e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e
326 dezoito centavos) e realizaram R\$ 816.814,30 (oitocentos e dezesseis mil reais, oitocentos
327 e quatorze reais e trinta centavos), o que equivale a 68% do orçado; de Dívida ativa total,
328 orçaram R\$ 19.472.266,79 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos
329 e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) e realizaram R\$ 4.515.003,06 (quatro
330 milhões, quinhentos e quinze mil e três reais e seis centavos), o que equivale a 23% do
331 orçado. Não quis entrar no detalhamento, apresenta apenas os números totais, para
332 mostrar que tem arrecadado menos que a metade do que colocam no Orçamento. Podem
333 discutir algumas razões, como para a diferença nas anuidades, mas ainda é maior esse
334 tipo de arrecadação. Há um problema grande se olharem para a arrecadação de dívida
335 ativa, que é o pagamento que historicamente não vem sendo pago e tem arrecadado
336 menos de 25% do valor devido. Houve um aumento dos processos de dívida ativa nos
337 anos de 2016 para 2017. A arrecadação fica em torno de metade do que é esperado.
338 Todas/os têm acesso a documentos e podem ver esses dados mais detalhados. Sobre as
339 despesas, a Despesa total orçada era de R\$ 77.733.454,08 (setenta e sete milhões,
340 setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) e foi
341 realizado R\$ 32.020.979,43 (trinta e dois milhões, vinte mil, novecentos e setenta e nove
342 reais e quarenta e três centavos). A expectativa é sempre gastar o quanto arrecadam. A
343 gestão pública não tem a pretensão de gerar caixa, esperam gastar tudo o que arrecadam.
344 Porém, quando veem tudo que gastaram no período, podem notar que gastarem um valor
345 inferior ao valor arrecadado. Enquanto arrecadaram 47% do orçado, gastaram apenas
346 41%. Não apresentará a prestação completa, mas ela foi encaminhada a todas/os.
347 Apresenta a posição financeira, para que o plenário saiba o que será apresentado na

348 Assembleia Orçamentária. Relata que na Dotação Orçamentária, não foi preciso fazer
349 suplementação ou redução em nenhuma alínea. Agradece ao funcionário Mário Corrêa,
350 por estar presente no sábado. Informa que o funcionário tem um compromisso pessoal à
351 noite e, por isso, desejam liberá-lo mais cedo. Relata que a posição financeira mostra a
352 evolução do caixa ao longo do ano, para poderem discutir a questão do superávit. Em 31
353 de dezembro de 2017, tinham em caixa do banco R\$ 13.855.742,17 (treze milhões,
354 oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e dezessete
355 centavos), sendo isso que está aplicado nas diversas contas, aplicados em CDB, entre
356 outros. Grande parte disso está separado para compra do novo imóvel para a sede. A
357 receita total no ano foi de R\$ 36.666.661,55 (trinta e seis milhões, seiscentos e sessenta e
358 seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), tendo sido as
359 despesas totais no valor de R\$ 32.262.976,20 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e
360 dois mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos), investimentos R\$ 189.893,90
361 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa centavos), ficando
362 um total disponível em banco e caixa de 18.069.533,62 (dezoito milhões, sessenta e nove
363 mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos). Assim, do ponto de vista
364 financeiro, houve um superávit de R\$ 4.403.685,35 (quatro milhões, quatrocentos e três
365 mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Relata que o superávit
366 financeiro diz respeito a toda variação patrimonial do Conselho, não somente ao dinheiro
367 em caixa, pois, já há algumas coisas provisionadas. Comenta que na conta mantida junto
368 ao Banco do Brasil, conta corrente nº 725 – 0, está aplicado em CDB/RDB R\$
369 17.626.181,26 (dezessete milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e um reais
370 e vinte e seis centavos). O superávit econômico é de fato um superávit da gestão no ano
371 de 2017, no valor de R\$ 3.590.982,94 (três milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos
372 e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Na prestação de contas passada,
373 conforme consta em ata, inclusive, a Diretoria trouxe a importância de pensarem ações de
374 contenção de gastos quando fosse realizado o Planejamento Estratégico. Havia um
375 cenário em que, de fato, tinham alguns gastos excedentes. Corria-se o risco de ter que
376 mexer no dinheiro do imóvel, caso não fossem cuidadosos. Entende que não é o momento
377 de fazer isso porque há uma discussão política que precisa ser realizada. Podem avaliar
378 como foram essas ações e corrigir o curso para o último ano de gestão e que apresentarão
379 na assembleia. Precisam pensar também o que farão para não sobrar dinheiro, porque
380 terão o relatório para a Controladoria Geral da União - CGU. Terão que pensar nessas
381 questões a partir da avaliação política; como foi o ano e como essas questões podem
382 ajudar a contextualizar o superávit. É preciso pensar o impacto das ações. Recorda que

383 apresentou a questão da dívida ativa. São Paulo, por ser o maior Regional, tem,
384 relativamente, poucos problemas financeiros causados pela inadimplência. Claro que não
385 é algo adequado, mas outros Regionais têm problemas graves advindos disso. Dentro do
386 grupo de tesoureiros do Sistema Conselhos, tem sido discutida e encaminhada a
387 implementação de outras ações junto aos inadimplentes, pensando em como podem
388 ampliar a arrecadação. Em São Paulo já têm algumas ideias para o futuro que precisam
389 ser estudadas. Ainda precisam ver alguns impactos, por exemplo, de como foi este ano
390 com o desconto no valor da anuidade. Há muitos cenários novos e ainda não têm
391 experiência para discutir. Comenta que na Prestação de Contas que será enviada ao
392 Conselho Federal de Psicologia, encaminham também uma série de certidões negativas
393 que mostram que estão em dia com o INSS, com o FGTS, com a Receita Federal. Trata-se
394 de um indicativo muito importante da saúde financeira deste Conselho. Por mais que,
395 enquanto gestores públicos, saibam que não podem “esbanjar”, é preciso saber que não
396 pode deixar sobrar, também. Estão cumprindo suas obrigações, nesse sentido. Já
397 apareceu algumas vezes na plenária que o plano é ter o máximo de transparência e de
398 rigor no processo, mas é preciso reconhecer que o sistema utilizado pelo CRP SP não é o
399 melhor, que há déficit de pessoas. Estão fazendo agora em abril, algo que deveria ter sido
400 feito em fevereiro pelo segundo ano consecutivo. Já estão encaminhando a proposta de ter
401 uma auditoria para esses dados da prestação de contas. Há uma reunião agendada para a
402 próxima segunda-feira para fazerem uma auditoria trimestral dos dados, para manterem o
403 acompanhamento e garantirem a lisura do processo. Trata-se de uma auditoria solicitada
404 pelo Regional. O Conselho Federal já faz, tradicionalmente, uma auditoria anual. Diz, então
405 que passará a palavra ao plenário ou à CACI – Comissão de Auditoria e Controle Interno,
406 para que possam se manifestar. Parecer da CACI – Comissão de Auditoria e Controle
407 Interno: Magna Barboza Damasceno, presidente da Comissão, informa que foi feito o
408 Parecer acerca da Prestação de Contas apresentada. A Comissão se reuniu na última
409 segunda-feira, alguns via Skype. Os documentos também ficarão disponíveis para que os
410 membros da Comissão pudessem vir verificar. Fizeram isso no ano passado, também,
411 quando Guilherme Raggi e Suely Ortiz também compunham a Comissão. O conselheiro
412 Maurício Iwai, membro da Comissão, fez a proposta de que os documentos ficassem
413 disponíveis, uma vez que tinham dificuldades de estarem todos juntos e, após essa
414 análise, fizeram o Parecer de forma compartilhada. Relata que a Comissão é formada por
415 ela própria, Monalisa Muniz do Nascimento, Maria das Graças Mazarin de Araújo, que está
416 afastada por motivo de saúde, Maurício Marinho Iwai e Ed Otsuka. Faz então leitura do
417 Parecer: “*PARECER CACI N° 001/2018 - A Comissão de Auditoria e Controle Interno do*

418 *XV Plenário (gestão 2016-2019) deste Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região teve*
419 *seus membros nomeados em 2016. No decorrer do ano de 2017 a Comissão de Auditoria*
420 *e Controle Interno realizou um estudo no qual culminou na efetivação de sua Resolução*
421 *CRP SP nº 004/17 (de 08.04.2017), que garantiu seu funcionamento como uma comissão*
422 *segundo o regimento interno do CRP / 06 e possibilitou a sua recomposição inserindo mais*
423 *membros. Seguindo com sua tarefa de realizar a apreciação da Prestação de Contas*
424 *referente ao ano de exercício de 2017, que será posteriormente remetida ao Conselho*
425 *Federal de Psicologia, a referida comissão realizou, durante os meses de gestão, estudos*
426 *referentes aos contratos adquiridos pelo CRP/SP, contratos trabalhistas e de temporários,*
427 *entrevistas com a equipe de Contabilidade, Financeiro, Compras e Gerência Geral, para*
428 *compreensão dos fluxos de trabalho nesses setores e dos gastos realizados. Além dessa*
429 *atividade, foram tomadas amostras dos processos de licitação, das peças contábeis*
430 *presentes na Prestação de Contas e do Sistema de Acompanhamento dos Centros de*
431 *Custos Gerenciais do CRPSP disponibilizados ao longo do ano. Como base para*
432 *comparação e análise, foram utilizadas as normativas do Manual de Normas e*
433 *Procedimentos Administrativos e Financeiros do Conselho Federal de Psicologia e o*
434 *Manual da Controladoria Geral da União, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União.*
435 *Os membros da Comissão de Auditoria e Controle Interno do Conselho Regional de*
436 *Psicologia da 6ª Região (CRP SP), conforme determina o Manual de Normas e*
437 *Procedimentos Administrativos e Financeiros do Conselho Federal de Psicologia, Norma*
438 *de nº 12, apreciaram os Relatórios Contábeis e Financeiros que integram a Prestação de*
439 *Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e como resultado dessa*
440 *avaliação por amostra, não se detectou fatos relevantes, portanto, encaminhamos para*
441 *aprovação das/os conselheiras/os do XV Plenário, a referida Prestação de Contas.*
442 *Salientamos a necessidade de continuar com a observância e ampliação dos mecanismos*
443 *de controle interno.”. Relata que não viram nenhuma disparidade. Em algum momento*
444 *ficaram preocupados com o montante, mas consultaram Mário Raimundo Corrêa,*
445 *supervisor da Contabilidade, que explicou. Ressalta que fizeram o Parecer do ano anterior*
446 *exatamente no dia 08 de abril e este ano, no dia 09. Sugere que o Conselho Federal*
447 *considere o tempo do CRP SP. As ferramentas utilizadas atrapalham que o processo*
448 *possa ser mais rápido e os prazos apresentados pelo Conselho Federal acabam sendo*
449 *impraticáveis. Considera complicado se apresentar prazos sem pensar nas limitações dos*
450 *Regionais para atender. Em outros momentos, podem trazer relatórios da CACI dessa*
451 *outra pauta, mas que faz parte do controle interno, também. Comenta que a ideia que têm*
452 *de fazerem relatórios de auditoria externa trimestralmente podem auxiliar à CACI no*

453 momento de construir o Parecer sobre a Prestação de Contas. Pois, há muitos
454 documentos contábeis que fogem à condição técnica e que seriam, inclusive, exercício
455 ilegal da profissão e não desejam fazer isso. Considerações dos presentes: 1) Guilherme
456 Rodrigues Raggi Pereira comenta que a CACI teve acesso aos documentos antes da
457 Diretoria. Ele, enquanto tesoureiro, somente teve acesso à peça final na última quarta-
458 feira. Assim, concorda que os prazos estabelecidos têm sido problemáticos, mas diz que o
459 Conselho Federal não reclama quando solicitam dilação de prazo. O CRP SP solicitou
460 duas vezes, pois tinha a expectativa de entregar em março, mas não foi possível e o CFP
461 compreendeu e acertou um novo prazo. 2) Bruna Lavinias Jardim Falleiros informa que tem
462 alguns apontamentos para fazer. A respeito do dinheiro investido que é para compra da
463 sede, diz que discutiram bastante a questão da sede, inclusive, uma das plenárias foi a
464 visita a um dos imóveis. Desde então, o plenário não tem mais informações sobre como
465 está o andamento do processo. Entende que é preciso que se informe sobre esse assunto,
466 inclusive, verificando se é necessária alguma deliberação sobre isso. Considera que isso
467 também deve fazer parte da Prestação de Contas. A compra do imóvel vem se arrastando
468 há várias gestões e, ao menos para ela, é essencial que seja resolvido no decorrer dessa
469 gestão. Se trata de uma prioridade, inclusive, pela insalubridade deste prédio para as/os
470 funcionárias/os. Comenta também que há um erro, pois a/o conselheira/o não aparece na
471 declaração de bens e rendas das Diretorias pelo período em que esteve como conselheiro
472 secretário, portanto, é necessário corrigir. Comenta que, sobre o superávit, entende que,
473 como grande parte do plenário, enquanto psicóloga, tem dificuldade de elaborar raciocínios
474 matemático e, assim, aponta que não conseguiu entender a que se refere esse superávit.
475 Na discussão que fez com algumas/ns colegas, houve entendimento de que houve
476 algumas economias, por exemplo, com a postagem administrativa. Estava empenhado
477 cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e foi gasto, de fato, R\$ 300.000,00
478 (trezentos mil reais), portanto, só neste item já houve uma economia de cerca de R\$
479 700.000,00 (setecentos mil reais). Também houve economia no que se refere à redução do
480 valor das ajudas de custo, que já geraria uma economia de cerca de 45% desse montante
481 de dinheiro. Portanto, as ações da Diretoria anterior justificam parte do superávit. Mas,
482 gostaria de uma justificativa sobre o restante do superávit. Supõe que podem ser
483 justificadas pelas ações que estavam planejadas, mas não foram executadas. Como
484 exemplo, cita que a Comissão de Políticas Públicas tinha alocado cerca de R\$ 170.000,00
485 (cento e setenta mil reais) para ações no ano de 2017, mas de janeiro a setembro, nada
486 desse recurso foi utilizado. Somente após a troca da Diretoria que a Comissão de Políticas
487 Públicas passou a desenvolver ações. E, em somente uma ação, que deveria ter sido

488 desenvolvido pela Comissão Gestora Metropolitana e dialogava com o Núcleo Sexualidade
489 e Gênero, foram gastos R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Concorde que a discussão de
490 Prestação de Contas não é política, mas considera importante que se faça a discussão
491 política desses fatos, pois, lhe parece que se trata de um movimento de sabotagem da
492 execução da gestão da Diretoria anterior, que saiu em setembro. As/Os conselheiras/os
493 que hoje compõem o Integra – ela, inclusive – foram acusadas/os de sabotarem as ações
494 do CRP. Mas, o que lhe parece é exatamente o contrário. Considera interessante que os
495 dados numéricos indiquem isso. Considera, assim, que falta avaliação política dos dados,
496 que ajudariam a entender o porquê desse superávit. Seria importante ter um recorte
497 temporal dessas questões – de janeiro a setembro e de setembro a dezembro, para
498 conseguirem fazer a leitura política da forma como esse grupo de conselheiras/os atuou
499 dentro da execução das ações planejadas. Outra questão é que, comumente, há sobras de
500 despesas de um ano que são pagas no ano seguinte, pois continuam a execução de
501 atividades em dezembro, que serão pagas somente em janeiro do ano seguinte. Na gestão
502 anterior, esse valor ficou em torno de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Para este ano,
503 esse valor subiu para cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que cerca de
504 R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foram referentes a ajudas de custo do que foi
505 realizado. Assim, gostaria de entender o impacto disso para o ano de 2018, porque
506 significará R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dentro do orçamento. Ainda, comenta que
507 foi encaminhado o memorial das ações judiciais. Dentre as ações judiciais, há a ação
508 trabalhista que a assistente técnica de Campinas move contra o Conselho. Sobre isso,
509 gostaria de entender o movimento da atual Diretoria de entrar com recurso. A funcionária
510 ganhou a ação e a Diretoria recorreu. Questiona porque isso ocorreu e o conselheiro
511 Guilherme Raggi neste caso. O conselheiro aparece como testemunha de defesa da
512 funcionária e agora, enquanto diretor, recorre à decisão judicial. É confuso entender a
513 lógica desse movimento. Inclusive, foi o fator que motivou as/os conselheiras/os que
514 compõem o Cuidar a questionarem as atitudes da Diretoria anterior e, agora, recorrem.
515 Dentro dessa lógica, não consegue entender. Inclusive, entende que a decisão favorável à
516 funcionária se deve, muito, ao fato de que um conselheiro deste plenário tenha sido
517 testemunha de defesa dela. Agora, este mesmo conselheiro, recorre a decisão favorável a
518 essa funcionária. 3) Guilherme Raggi relata que deu um informe na plenária acerca da
519 compra da sede. Não está localizando a ata em que isso está registrado. Mas deram um
520 informe em resposta a um questionamento da conselheira Evelyn Sayeg, que, inclusive,
521 faz parte do GT de compra da nova sede. Isso foi no mês de outubro ou novembro do ano
522 passado e o GT não voltou a atuar. Comenta que o gerente geral, Diógenes Pepe, tinha

523 reunião com a empresa que estava fazendo a avaliação dos imóveis e, por acaso, ele
524 próprio estava no Conselho. Sobre o superávit, como comentou rapidamente, não fica
525 claro na apresentação todas as alíneas contábeis, de todas as naturezas, desde folha de
526 pagamento até gastos com apoios e parcerias. Comenta que gastaram menos em tudo.
527 Então, de fato, tiveram economias em todas as áreas. Sobre o erro da falta da declaração
528 de bens do conselheiro Rodrigo Toledo, pelo período em que esteve na Diretoria, comenta
529 que também já tinha observado isso e conversado com o Mário Correa, supervisor da
530 Contabilidade, que arrumará o documento. Ainda sobre as economias, comenta que Bruna
531 Falleiros fez uma leitura política do que aconteceu, de que um grupo boicotou. Mas,
532 entende que é uma leitura que pode ser feita de diversas formas. Portanto, é preciso ter
533 cuidado com esse tipo de discurso. Nesse sentido, contrapõe o exposto questionando
534 porque os ordenadores de despesas, o presidente e o tesoureiro da época, não chamaram
535 os gestores na ocasião para fazer essas discussões. Questiona porque se calaram. Fica
536 esse questionamento para essa prestação de contas. O Manual de Procedimentos
537 Administrativos e o Regimento Interno colocam responsabilidades diferentes para quem
538 faz a prestação de contas. Comentou-se também sobre o Centro de Custo e, sobre isso,
539 volta à sua fala inicial, a Prestação de Contas é um documento regulamentado por uma
540 Resolução. O Centro de Custo não faz parte desse documento. O Centro de Custo é uma
541 ferramenta que usam para operacionalizar as alíneas contábeis, não faz parte do
542 documento que apresentam enquanto Prestação de Contas. Também utilizou o Centro de
543 Custo para fazer essa avaliação. Relata que as/os conselheiras/os tem acesso ao Centro
544 de Custo, mas ele não compõe a peça contábil. Considera ruim que o conselheiro Vinicius
545 Cesca de Lima não esteja presente, considerando que ele foi tesoureiro por nove meses
546 do ano a que se refere essa Prestação. Gostaria de dialogar com ele para fazer a
547 Assembleia, para entender como foi a política. Há coisas que não ficaram claras no
548 encaminhamento. Podem dialogar, mas é uma pena que ele não esteja presente nesta
549 plenária. Diz que tentará entrar em contato com ele posteriormente. Sobre o processo
550 trabalhista, diz que achou fantástica a colocação de Bruna Falleiros. Relata que o recurso
551 se dá porque estão em uma instituição pública e, por mais que seja pequeno o valor, ela
552 pede como restituição das custas processuais, não podem, simplesmente, pagar essas
553 custas. Percebe que o entendimento de Bruna Falleiros é de que não deveriam ter
554 recorrido, e, dessa forma, concorda com a decisão daquele momento. Então, considera
555 que estão todos de acordo, nesse sentido. Esta é a questão do recurso, como envolve
556 dispêndio de dinheiro, precisam recorrer. Se trata de uma instrução jurídica básica, e
557 somente haverá o dispêndio após esgotadas todas as possibilidades. Diz que Bruna

558 Falleiros comentou que a sua presença enquanto testemunha de defesa da assistente
559 técnica de Campinas foi crucial na sentença, mas é preciso pensar que o presidente do
560 Conselho à época também depôs e não foi crucial. Não havia somente um conselheiro
561 naquele momento, havia três: Aristeu Bertelli, Rodrigo Presotto e ele próprio. Agora tem
562 um papel de diretor desta instituição e está fazendo a prestação de contas, onde consta
563 essa informação. Está zelando pelo recurso público. Sua posição pessoal é que a
564 sentença é pertinente. Mas, enquanto gestor público, há o princípio da impessoalidade em
565 entender que é sua obrigação recorrer à decisão. A respeito do que foi dito sobre as ajudas
566 de custo e outras contas de 2017 a serem pagas em 2018, tem algumas questões e
567 precisará pedir auxílio para poder responder. 4) Bruna Falleiros diz que gostaria de
568 entender a implicação, o reflexo, dos restos a pagar que chegam à monta de R\$
569 1.000.000,00 (um milhão de reais) para o orçamento de 2018. Se ele compromete o
570 Orçamento, se este valor será retirado do disponível para ações políticas, por exemplo. 5)
571 O gerente geral, Diógenes Pepe, explica que não será necessário retirar das ações
572 políticas. Esse residual a pagar somente envolveu ações do ano anterior no centro de
573 custo. Não refletirá nos custos deste ano. Diminui a verba porque terão que emitir os
574 cheques para pagamento neste ano. 6) Evelyn Sayeg comenta que tentará explicar o que
575 Bruna Falleiros está questionando, inclusive porque compartilha da dúvida. Esta quantia a
576 de gastos do ano de 2017, que serão pagos em 2018, não impactarão nos gastos de 2017.
577 Assim, questiona de que forma impactará no Orçamento de 2018. 7) Diógenes Pepe,
578 gerente geral, comenta que Bruna Falleiros tem razão na observação que faz, mas o
579 orçamento para 2018 não está ligado a esta prestação de contas. Relata que tudo que o
580 Conselho precisa pagar referente aos últimos dias do ano entram nisso, como INSS, fundo
581 de garantia, ISS, férias a vencer, entre outros. Por isso, chama-se reserva dos restos a
582 pagar. Por isso que quando olham o orçamento, há um saldo maior, mas que ao final,
583 somente é efetivamente utilizado uma quantidade menor, porque já se desconta a reserva
584 para o ano seguinte. O que eventualmente teria impacto no orçamento e na vida financeira
585 do Conselho seriam as ajudas de custo que estavam represadas no ano passado. Caso
586 não tenham sido liquidadas no ano de 2017 e não tenham sido provisionadas em 2018,
587 então sairá do orçamento do ano de 2018, mesmo. Assim, informa que Bruna Falleiros tem
588 razão no que se refere às ajudas de custo, que pode, eventualmente, impactar. O
589 orçamento é construído em outubro e ainda não era possível prever esse tipo de situação.
590 Adianta, porque em algum momento a mesa ia colocar a situação, estão se preparando
591 para revisar o orçamento. Precisam fechar a prestação de contas. Mas no orçamento
592 precisarão fazer alguns ajustes de pessoal, como o recurso de informática. 8) Rodrigo

593 Toledo diz que, a partir disso que o Diógenes Pepe e Mário Correa trouxeram, trata-se de
594 uma questão usual, ou seja, não está acontecendo apenas a partir de agora. Se trata de
595 um processo comum em todo processo de organização. 9) Diógenes Pepe informa que se
596 trata de uma técnica contábil, não estão inventando nada, se trata de um dever, de um
597 regime de competência. Historicamente, o Conselho sempre tem problemas com ajuda de
598 custo. Elas são pagas no regime chamado de “regime de caixa”, que, ao receber o
599 Relatório de Atividades no CRP SP, se paga a ajuda de custo ou diária, porque muitas
600 vezes demoram muito a encaminhar. Não se respeita a competência do ano. Houve a
601 introdução do envio via web, e o sistema está sendo ajustado. Assim, a tendência é que
602 não ocorra mais com esse fluxo, o que reduzirá o atraso. 10) Bruna Lavinias Jardim
603 Falleiros compreende que os restos a pagar sejam algo usual, mas este ano houve uma
604 excepcionalidade com o alto valor disso, que antes girava em torno de R\$ 500.000,00
605 (quinhentos mil reais) ou R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e neste ano subiu para R\$
606 1.000.000,00 (um milhão de reais). Ou seja, houve um volume maior de ajudas de custo
607 que não foram ressarcidas. 11) Diógenes Pepe pontua que a colocação de Bruna Falleiros
608 está correta. Mas esse aumento não diz respeito, somente, às ajudas de custo. Tem uma
609 relação grande com a quantidade de funcionários de férias. Muitos tiram em janeiro e é
610 preciso provisionar em dezembro para receberem no início do ano seguinte. 12) Guilherme
611 Rodrigues Raggi Pereira comenta que o gerente geral, Diógenes Pepe, traz um impacto
612 importante para o ponto de pauta. Há três coisas que ele trouxe que gostaria de passar. Há
613 um valor final de superávit e concorda com Bruna Falleiros, há uma excepcionalidade
614 neste ano, há uma excepcionalidade nesta gestão. Haver restos a pagar na monta de R\$
615 1.000.000,00 (um milhão de reais) é tão excepcional quanto ter tido um superávit de R\$
616 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). É absolutamente excepcional! Trata-se
617 de uma questão relacionada a atual conjuntura. Os números dão margem para diversas
618 leituras, pode ser interpretado da forma que quiserem. Não quer ser taxativo em nenhuma
619 direção, mas salienta que, de fato, há excepcionalidades em todos os aspectos. Conforme
620 já informou Diógenes Pepe, estão ajustando o sistema de ajuda de custo. Há, sim,
621 problemas com o sistema e é algo que tiveram como entrave. Na última plenária, inclusive,
622 trouxe o informe de que estavam terminando o sistema, que poderia, em breve, ser
623 utilizado. Porém, ocorreram uma série de problemas finais na compilação desse sistema.
624 Farão uma reunião com a equipe, para poderem iniciar a utilização, como havia sido
625 proposto. Há uma série de novas funcionalidades e entende que realmente facilitará a
626 identificação do pagamento. Esperam que neste próximo ano possam dirimir as
627 excepcionalidades, tanto de não ter superávit quanto restos a pagar. 13) Suely Castaldi

628 Ortiz da Silva propõe encerrar as inscrições. Ressalta que já estão inscritos Magna
629 Barboza Damasceno, Evelyn Sayeg, Bruna Falleiros e Rodrigo Presotto. Então, propõe
630 encerrar as inscrições, considerando o horário combinado. 14) Bruna Lavinias Jardim
631 Falleiros diz que é muito importante que se faça discussão acerca da prestação de contas
632 e outras falas podem suscitar dúvidas ou necessidades de novos esclarecimentos, então é
633 prematuro encerrar a rodada de inscrições. Pode-se encerrar uma rodada de inscrições e
634 depois avaliar se surge uma nova. Para que não se cerceie falas. Considera que é uma
635 forma mais salutar de lidar com inscrições. 15) Suely Ortiz informa que seria dessa forma,
636 que era o combinado. Este ponto não se encerraria pelo horário. 16) Magna Barboza
637 Damasceno comenta que não ficou claro, para ela, se o Parecer da CACI sobre a
638 Prestação da Contas foi aprovado ou não pelo plenário. Questiona como registram essa
639 questão, pois considera isso fundamental, para depois terem materialidade para dizer se
640 foi ou não aprovado. Sabem que foi apreciado pelo plenário, mas não se foi aprovado.
641 Solicita ainda esclarecimento para o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,
642 quando ela comentou que em todas as atividades previstas houve sobra de verba. A
643 respeito do centro de custo, é uma base para acompanharem, mas não faz parte da peça
644 orçamentária. Entende que o acompanhamento do Centro de Custo é político, e é algo
645 suscetível a mudanças. Os membros da Comissão Gestora Metropolitana acompanharam
646 durante todo o ano o Fórum Permanente de Saúde Mental do Alto Tietê e, em uma das
647 suas atividades, o Sarau da Saúde Mental do Alto Tietê, em que estavam apoiando,
648 tiveram retorno que não poderiam ajudar financeiramente com custeio da alimentação dos
649 usuários e demais participantes porque não havia verba suficiente. Agora, Guilherme
650 Raggi traz a informação de que sobrou verba de em todas as pastas e naquele momento
651 não havia para aquela, em específico, que era de apoio e parceria. Assim, eu gostaria que
652 ele explicasse melhor essa questão, porque acompanharam o Fórum no território durante o
653 ano inteiro, costurando a parceria, mas sem prometer nada. Mas era algo que vinha sendo
654 alinhado e ao final, não houve o apoio. Por isso, pede esse esclarecimento. Também, que
655 se encaminhe a aprovação do Parecer da CACI. 17) Evelyn Sayeg diz ter considerado
656 interessante a forma como Guilherme Raggi respondeu aos questionamentos de Bruna
657 Jardim Falleiros. Não conseguiu entender a justificativa de algumas questões. Não se
658 recorda sobre o GT Nova Sede, apenas que houve uma plenária para visita aos imóveis e
659 que na plenária seguinte foi feito informe sobre isso. Discorda da colocação feita por
660 Guilherme Raggi de que para números se dá a interpretação que quiserem. Acredita que
661 isso diz respeito a muitas questões que vivem no plenário. Quando fazem qualquer leitura
662 ou interpretação da realidade, devem ter o lastro na realidade. Não podem criar sobre algo

663 não material. Portanto, considera, de fato, os números importantes. Isso vai de encontro a
664 uma questão relacionada à forma como apresentam o ponto. A presidenta Luciana Stoppa
665 inicia falando de não se apegarem aos números, mas à política envolvida. Apresentam os
666 números e debocham quando tentam fazer uma construção analítica e qualitativa acerca
667 dos números. Discutiram bastante a primeira pauta, referente à metodologia de trabalho.
668 Talvez a assessora política, Márcia Barral, entenda o que está tentando dizer, que é
669 preciso ter uma postura na mesa diretora e por isso que pedem que saiam da mesa
670 diretora quando forem apresentar opiniões. Caso contrário, fica parecendo ofensivo e
671 ostensivo. Grande parte das discussões sobre quem é mais autoritário estão relacionadas
672 a isso. Pode ter sido uma falha desde a primeira plenária. Considera que a fala debochada
673 foi debochada, sempre retomando que Vinicius Cesca não está presente, o que dá a
674 impressão que há várias interpretações mentais que não estão sendo colocadas. Vinicius
675 Cesca não está presente porque possui um compromisso familiar. Em nenhum momento,
676 Vinicius Cesca se furta a responder. Responde a todas as mensagens que são
677 encaminhadas. Tem certeza que ele tem muito interesse nessas questões, porque a
678 responsabilidade é de quem é o responsável pela dotação orçamentária. Deveriam ter
679 mais respeito e, eventualmente, dialogar com ele, porque ele tem interesse que a
680 prestação de contas referente ao período em que era tesoureiro esteja correta. Considera
681 interessante que se questione, que se exerça o contraditório, pois é aquilo que possibilita
682 mudanças. O mapa de Centro de Custo auxilia o entendimento de algumas questões,
683 saindo do discurso de que “o número podem interpretar como quiserem”. O Centro de
684 Custo foi feito para, de alguma forma, ajudar a entender como estão direcionando as ações
685 políticas. Quando estavam planejando o orçamento para 2018, talvez tenham planejado
686 muitas coisas e não tenham dado conta de cumprir, porque é humanamente impossível. É
687 importante que consigam fazer uma interpretação crítica acerca daquilo que fazem na
688 gestão. É nesse ponto que é complicado cindir a política do financeiro e administrativo.
689 Para que seja um debate político, não podem deixar de apreciar os números em conjunto
690 com as demais questões que norteiam a instituição pública, para poderem fazer esta
691 análise, a prestação de contas e os orçamentos. 18) Bruna Lavinias Falleiros, sobre a
692 compra da sede, o último andamento que se recorda, foi, de fato, a visita. Tem dúvidas
693 porque a última ata que assinaram, se não se engana, foi do mês de setembro de 2017.
694 Não receberam as atas de outubro, novembro, dezembro/17, janeiro, fevereiro e março/18
695 para apreciação. sobre a última plenária, cuja ata deveria estar disponível no Portal da
696 Transparência. Falta isso para que possam acompanhar o que foi dito e deliberado nesse
697 espaço. Isso dificulta que entendam os encaminhamentos que tiraram. Anteriormente,

698 recebiam as atas brutas, o que não tem mais acontecido, portanto, seria importante
699 resgatarem esse informe. 19) Bruna Lavinias Jardim Falleiros, considera delicada a
700 afirmação de Guilherme Raggi de que a Diretoria anterior deveria ter questionado as
701 pessoas responsáveis pelas coordenações de espaços específicos e que não estavam
702 cumprindo com a responsabilidade que assumiram. Estão em um coletivo horizontal,
703 apesar de ter a instância da Diretoria, obrigatoriamente, por se tratar de uma autarquia.
704 Mas, assim como a Diretoria assume suas responsabilidades, cada um assume a
705 responsabilidade do espaço que assume e deve desempenhar aquilo que se prontifica.
706 Portanto, discorda dessa fala, considera isso como tutela, o que não cabe a
707 conselheiras/os. Os números também podem direcionar as avaliações e se tratam de
708 dados concretos que facilitam a análise. Por mais que as pessoas não façam a mesma
709 análise, há um limite do que é possível interpretar. Os números são os dados que mais
710 possibilitam essa interpretação mais restritiva do que foi realizado, que faz com que não
711 haja conclusões completamente dispares. Como a própria Diretoria falou ao início do
712 ponto, essa não deve ser uma avaliação bruta dos números, e sim uma avaliação política
713 da prestação de contas. Considera fundamental que estivesse disponível ao plenário a
714 forma como foi gasto o valor apresentado, porque os cabe a avaliação política disso. Ter o
715 Centro de Custo, para que pudessem consultar. 20) Guilherme Raggi informa que esses
716 dados estão disponíveis on-line e que Bruna Falleiros tem esse acesso. 21) Bruna Falleiros
717 diz que podem fazer avaliação do Centro de Custo, do que foi gasto de janeiro a setembro
718 e de setembro a dezembro. Que pode, inclusive, surpreendê-la. Isso seria uma avaliação
719 política das ações. Tentam fazer isso, mas como Evelyn Sayeg colocou, é inócuo. Quando
720 questionou sobre o processo trabalhista, em nenhum momento disse que considerava que
721 a trabalhadora deveria ter ganho o processo ou que deveriam ter recorrido. Questionou a
722 motivação da Diretoria em recorrer, sendo que anteriormente, aparentemente, estava
723 parcial no processo. Identifica um conflito de interesses. Guilherme Raggi explicou que,
724 neste momento, utilizou o princípio da impessoalidade, enquanto gestor público. Mas,
725 porque não utilizou esse mesmo princípio, quando foi testemunha de defesa da
726 trabalhadora. Naquele momento, Guilherme Raggi já era gestor público e testemunhou
727 contra a instituição que representa. Portanto, ainda é incoerente a atuação nesse
728 processo. Não se trata do que ela própria defende, mas que Guilherme Raggi teve um
729 movimento dúbio e contraditório. 22) Rodrigo Presotto agradece a explicação sobre os
730 restos a pagar. Só ficou com dúvida em relação ao processo. Questiona se quando não há
731 o demonstrativo de depósito, esse é o indicativo de que recorreram. Não quer entrar no
732 mérito, porque agora é a prestação de contas e essa é outra questão. Apenas gostaria de

733 entender como Bruna Falleiros chegou à conclusão que recorreram. 23) Diógenes Pepe,
734 gerente geral, explica que houve um julgamento em primeira instância e a trabalhadora
735 ganhou o processo. O Conselho poderia considerar julgado e pagar o valor indicado. Mas,
736 ao logo dos anos, por orientação jurídica, independente de quem está em julgamento,
737 resolve-se levar à última instância. Ou seja, não há acordo. Pede-se para recalcular, que
738 se apresente mais provas. Não gostaria de aprofundar neste momento o assunto, mas a
739 linha do CRP SP é de não fazer acordo. Independentemente de ser uma linha jurídica, é
740 algo que dá mais respaldo aos gestores. Porque não gera o questionamento do porquê
741 concordou, porque assim é apenas cumprimento de decisão judicial. 24) Rodrigo Presotto
742 explica que gostaria de entender qual o documento que informa que recorreram à decisão
743 judicial, no caso do processo da assistente técnica de Campinas. Gostaria de saber qual é
744 o documento que traz essa informação. 25) Luciana Stoppa dos Santos informa que Paulo
745 Hamilton, assessor jurídico, inclui todos esses documentos na prestação de contas para
746 que possam, inclusive, saber quanto gastarão com as contingências relacionadas às ações
747 judiciais. Por essa razão, o documento faz parte do rol de documentos da Prestação de
748 Contas. 26) Rodrigo Presotto informa que está esclarecido. Há uma dimensão, a partir do
749 que Magna Barboza trouxe algumas ponderações. Quando olham a Prestação de Contas,
750 observam o impacto. Há uma análise política daquilo que viveram no ano passado, um ano
751 de recrudescimento das ações políticas, por justificativas financeiras do excessivo
752 processo de burocratização. Agora conseguem observar que havia represamento no
753 orçamento e, neste momento, há a possibilidade de ver essa questão ilustrada na
754 Prestação de Contas. Já que, dos 12 (doze) meses, 09 (nove) foram de gestão da antiga
755 Diretoria. Essa é a avaliação que faz. Considera importante que isso seja colocado, para
756 pensarem nesse processo de prestação de contas. A partir do que as/os colegas
757 ponderaram, considera que os números comunicam, são o reflexo da situação que
758 vivenciaram. Neste momento, já estão em outro processo. Entende que teriam margem
759 para muito mais discussões, a partir do que os números revelam, mas, neste momento,
760 defende que se concentrem no processo de aprovação, porque é algo necessário do ponto
761 de vista administrativo contábil. Entende que há inúmeras questões que podem voltar a
762 discutir e, de alguma maneira, esses números os ajudar a entender. Reforça que seu
763 entendimento é que foi acertado o processo de mudança da Diretoria do CRP SP. 27) Ed
764 Otsuka informa que não deseja ser repetitivo, mas fará algumas reflexões. Considera
765 salutar que na apresentação tenha sido trazido que fariam uma discussão política sobre
766 esses dados quantitativos. É a essência de algo que é objetivamente de responsabilidade
767 das/os conselheiras/os, da gestão financeira. Também é importante que utilizarem esses

768 dados frios, mas que refletem o contexto, a realidade. É necessário que façam a leitura
769 desses dados, para compreenderem os processos e, a partir disso, possam atuar sobre
770 eles. Tendo em vista o Centro de Custo do Núcleo de Saúde, considera que, talvez,
771 tenham pensado em ações em demasia. Há uma série de fatores do contexto da
772 conjuntura e podem analisar o quanto foi possível e o quanto tiveram que focar em outras
773 ações. Da mesma forma, observando outros centros de custo, verifica que alguns coletivos
774 não gastaram nada, não fizeram nenhuma ação. Entende ser importante que possam se
775 debruçar sobre essas questões e fazer a autocrítica e autorreflexão necessária. Também
776 considera equivocada a questão da relatividade da leitura. Devem buscar compreender o
777 que está envolvido. Há um dado concreto de não haver gastos em determinado período e,
778 a partir de outro período, tem um crescimento acentuado de gastos. Precisam pensar em
779 como utilizar esses dados para avaliar as questões. Não se refere somente à Comissão de
780 Políticas Públicas, mas de outros coletivos, também. Podem se debruçar sobre o decorrer
781 do ano, de como foram os gastos, se houve continuidade, porque houve ou porque não
782 houve. É uma forma de produzir aprendizagem. A Prestação de Contas é uma tarefa
783 objetiva de responsabilidade financeira, mas também de utilizá-la para que possam
784 aprimorar a forma de fazer política. Comenta, ainda, sobre a rubrica do Centro de Custo
785 destinada aos 30 Anos da Carta de Bauru. Em plenária foi deliberado que esse Centro de
786 Custo sairia da gestão do Núcleo de Saúde e passaria para a Diretoria. No entanto, na
787 Prestação de Contas aparece como ainda sendo de gestão do Núcleo de Saúde e com R\$
788 18.000,00 (dezoito mil reais) negativos. A Prestação também serve para que possam
789 pensar na importância que o CRP SP tem para a sociedade. Podem avaliar como está
790 sendo feita a análise e avaliação dos pedidos de apoio e parceria, se continuam com o
791 mesmo procedimento de encaminhar para o núcleo referente da temática para análise e
792 também como estão sendo os prazos, se isso tem sido sistematizado. Também, se há
793 alguma priorização e de que forma ela é feita. 28) Suely Castaldi Ortiz da Silva gostaria de
794 reafirmar, uma vez que o conselheiro Guilherme Raggi já trouxe, a prestação de contas vai
795 agrupar alguns elementos de uma maneira não evidentemente direta relacionadas às
796 ações políticas e aos centros de custos, porque ela vai relacionar os gastos. Não tem
797 ligação direta com os centros de custo na Prestação de Contas. Cita como exemplo os
798 gastos que tiveram com passagem aérea, que para o Centro de Custo, os valores saem de
799 rubricas diferentes, mas na Prestação de Contas aparece como uma categoria e não há a
800 possibilidade de desvincular isso e colocar uma compreensão política do que impactou,
801 como onde concederam a passagem, em qual alínea e para qual apoio. Essas informações
802 estão em planilhas extras. A construção contábil não se referêcia pela política.

803 Precisariam utilizar a prestação contábil para abrir um segundo momento, onde poderiam
804 olhar ponto a ponto, qual é a incidência de cada item dentro das ações e do
805 provisionamento que foi pensado. Como encaminhamento, podem ter um outro momento
806 para fazer a avaliação política daquilo que tinham como peça contábil para aprovação, se
807 conseguiram ou não garantir a saúde financeira da instituição, fazer provisionamentos
808 daquilo que não foi pago, encontrar ou não inconsistências significativas que poderiam
809 fazer com que não pudessem aprovar a conta. A CACI fez um Parecer que diz não ter
810 encontrado inconsistências. Para entender porque não utilizaram o valor destinado às
811 ações políticas, terão que abrir esse leque e olhar quais são as ações políticas e quais
812 não. Portanto, sugere que se coloque como ponto de pauta essa discussão. Quanto a
813 ausência do conselheiro Vinicius Cesca, entende que ele se posicionou publicamente no
814 plenário dizendo que faria o debate somente em plenária, que não dialogaria em outros
815 espaços. Foi citada a questão das atas, que há algumas atas paradas. Duas delas já estão
816 para envio ao plenário, para aprovação na próxima plenária. Outras estão em construção.
817 Essas duas atas são muito longas, uma com cerca de 100 páginas e outra de 90 páginas.
818 Agora há uma empresa terceirizada fazendo a transcrição e há um trabalho intenso na
819 Secretaria. Também precisam aprovar os extratos de atas que subsidiam ponto, como
820 esse da Prestação de Contas. Pretendem que seja sanada essa demora. Há uma ata que
821 está para leitura do conselheiro Vinicius Cesca, do período em que ele assumiu a
822 Secretaria e que entende que ele deve encaminhar em breve. Outro ponto importante é
823 que têm a intenção de ter as auditorias fazendo o acompanhamento em pontos que
824 elencarem que gostariam de olhar melhor. A partir de então, entende que terão uma visão
825 facilitada sobre o impacto dos números nas questões políticas e poderão tomar algumas
826 providências em tempo. Pode estar equivocada, mas o valor que aparece como negativo
827 na prestação de contas foi porque foram transferidos R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para
828 a alínea da Diretoria. Entende que é uma questão contábil. Verificarão com o setor
829 competente, para verificar isso, porque diz respeito à peça contábil. Outras partes terão
830 que avançar construindo a leitura política em outro momento. Recorda que no primeiro
831 mês da atual Diretoria questionou-se quem faria a avaliação de apoios e parcerias e
832 continua sendo o conselheiro tesoureiro, por conta do investimento de recurso. Assim
833 como a avaliação das representações continua sendo feita pela vice-presidenta. Assim
834 como funcionava na Diretoria anterior, por entenderem que era uma divisão de trabalho
835 possível. 29) Beatriz Borges Brambilla, pela coordenação da Comissão de Políticas
836 Públicas, diz que como a Comissão foi mencionada, é interessante dialogar. Corrige a
837 informação passada por Bruna Falleiros, pois dos R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), R\$

838 50.000,00 (cinquenta mil reais) foram gastos com as impressões dos materiais referentes
839 às diversas temáticas dos núcleos e comissões. Para a atividade específica citada por
840 Bruna Falleiros, gastou-se R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em outras ações foram
841 realizadas. Isso acaba sendo utilizado como ferramenta de ataque. E o fato de não ter tido
842 despesas não quer dizer que o coletivo não fez nenhuma ação. Por isso, considera
843 importante que iniciem sempre compartilhando o que está acontecendo, para que não
844 reste dúvidas e nenhuma possibilidade de construção de hipóteses relativas à má fé na
845 execução das ações. Comenta ainda que no Fórum de Gestores, no qual o coletivo
846 “Integra” não esteve presente, houve um processo de prestação de contas de todas as
847 atividades realizadas. A Diretoria solicitou a todas/os que encaminhassem o que foi
848 realizado, de que forma foi realizado e a justificativa para aquilo que não foi realizado. A
849 Comissão de Políticas Públicas prestou as informações solicitadas e todas as atas de
850 reuniões estão à disposição, caso alguém tenha dúvida. Recorda que esteve afastada no
851 final do ano de 2016 e início de 2017. Reforça que as memórias estão à disposição na
852 Secretaria quanto às atividades relativas à execução técnica do CREPOP, diante da
853 desconfiança da plenária com relação à condução da Comissão de Políticas Públicas.
854 Assim, gostaria que a CACI produzisse um parecer sobre o assunto ou que a plenária
855 indicasse quais os critérios a serem utilizados relativo ao mérito e ao plano de trabalho,
856 com um calendário mensal e qual critério para que devesse ter sido realizado até
857 setembro. Aponta que se trata de uma hipótese sem fundamento e que desqualifica
858 práticas que não necessariamente são realizadas dessa forma. Então, solicita a correção
859 pública do que foi dito. 30) Bruna Lavinias Jardim Falleiros comenta que não é em Fórum
860 de Gestores que se faz a prestação de contas, deve ser feito em Assembleia ou em
861 Plenária. Relata que, enquanto coordenadora de um Núcleo, compilou as ações para que
862 pudesse haver o debate, mas, por uma decisão política, decidiram não se envolver nesse
863 espaço, porque questionam a dinâmica e o uso dele. A questão colocada não foi
864 personalizada à conselheira Beatriz Brambilla, mas à Comissão de Políticas Públicas.
865 Assim, durante o afastamento de Beatriz Brambilla, supõe que havia uma coordenação
866 que ficou responsável pelos encaminhamentos da Comissão. O que comentou se deve a
867 um discurso político que foi adotado desde o início da gestão, em setembro de 2016, até
868 setembro de 2017, quando a Diretoria foi deposta, de que a Diretoria era responsável por
869 emperrar ações dentro do CRP. Se trata de um discurso político que foi veiculado e
870 difundido larga e amplamente. E, esse dado, curiosamente, os ajuda a analisar esse
871 discurso político. O discurso é construído, o dado, não. Essa é a leitura que faz de um
872 dado, que é o de recurso que não foi utilizado por uma Comissão e que passa a ser

873 utilizado a partir do momento que há troca na Diretoria. Não é algo relacionado à má fé,
874 mas sim à estratégica política, o que é bem diferente. Quando citou sobre o uso de R\$
875 70.000,00 (setenta mil reais) para o evento, comentou que não sabia se havia sido, pediu
876 esclarecimento disso. Agradece que Beatriz Brambilla tenha esclarecido que foi utilizando
877 também para publicações. 31) Guilherme Rodrigues Raggi Pereira explica à Magna
878 Barboza Damasceno que o centro de custo é operacionalizado de forma diferente, em
879 cada alínea. O Centro de Custo é uma ferramenta que não compõe a Prestação de
880 Contas. Recorda sobre o caso do apoio e parceria, tendo dialogando bastante com
881 Alexandre Ângelo no processo. Ocorreu logo que assumiu a Diretoria e, naquele momento,
882 a alínea de Apoios e Parcerias estava quase sem verba disponível e o que foi pedido era
883 mais do que seria possível apoiar. Somente depois, entendeu como funciona os
884 remanejamentos. Portanto, atualmente, seria possível conceder o apoio, mas na época,
885 não era. No diálogo com Alexandre Ângelo, tentaram pensar em estratégias, mas no seu
886 entendimento, não era possível. A respeito do que foi exposto por Evelyn Sayeg, comenta
887 que ela faz interpretações sobre a interpretação que ele tem a respeito da ausência de
888 Vinicius Cesca, dizendo que ele é debochado. Explica que não tem a intenção de deboche,
889 ofensivo ou de fazer interpretações. Suely Ortiz recordou que o conselheiro Vinicius Cesca
890 disse publicamente que não discutiria essa questão em fórum privado. Mas, gostaria de
891 convidá-lo, mais uma vez a discutir a prestação de contas. Quando comentou a ausência
892 dele, foi devido a, na plenária passada, ele ter feito uma manifestação. Sobre a questão do
893 imóvel, Bruna Falleiros comentou que o GT deve voltar a atuar e ele faz coro a isso. E,
894 sobre o informe que foi dado acerca do imóvel, pela falhabilidade da memória, não saberia
895 precisar em que plenária foi. Depois precisam verificar como ficou o registro. Houve
896 também a crítica a uma fala sua, de que números são passíveis de múltiplas
897 interpretações, pois há um lastro de realidade. Mas, entende que fazem um movimento
898 muito curioso na plenária, de todas/os interpretarem o que é interessante e, depois alegar
899 que há realidade em algumas dessas interpretações. Qualquer pessoa que já fez pesquisa
900 sabe que dado é algo produzido a partir de uma metodologia, de uma concepção. Também
901 é fora da realidade entender que o que há de pressuposto os afeta. Está tentando, ao
902 máximo, não ser taxativo, não colocar a culpa em ninguém diretamente. Convida para que
903 todas/os façam uma avaliação, se entenderem necessária, do Planejamento Estratégico.
904 Pois, o Centro de Custo não é uma peça contábil, é uma peça de planejamento, política.
905 Evelyn Sayeg comentou que em 2016 planejaram um número muito maior de ações do
906 que foram capazes de executar, é verdade. Mas, planejamento é um exercício de
907 antecipação do futuro. Tiveram bons resultados em algumas ações e ruins em outras.

908 Cabe ao plenário avaliar para poder modificar. Como disse em sua fala inicial, pensar o
909 próximo ano de gestão, para pensar como será feito. Os dados que disseram ser
910 necessários para poderem avaliar foram disponibilizados na última quarta-feira. Entende
911 que é um material extenso. Na medida do possível, puderam avaliá-lo. É possível,
912 também, indicar ressalvas para apreciação do plenário. Quando Bruna Falleiros diz que
913 estão em uma gestão horizontal e que é inadequado fazer tutela, entende que há uma
914 diferença de interpretação sobre o que é tutela. Entende que a fala de Bruna foi muito clara
915 que se trata de uma opinião pessoal, mas não faz uma análise da realidade intrínseca ao
916 fato. Considera que o exercício do dissenso nesse espaço é importante. Questionou-se se
917 anteriormente não havia sido impessoalidade, mas foi convocado enquanto conselheiro,
918 enquanto a pessoa que é, para depor diante do juiz. Foi para prestar o que era a verdade
919 de seu conhecimento, e foi o que pôde fazer. Sobre o que o conselheiro Ed Otsuka trouxe
920 sobre o Planejamento de 2016 para 2017, houve uma questão da conjuntura, mas salienta
921 que o simples dispêndio de verba não é a medida do quanto ela foi executada. Há ações
922 que são executadas com recursos internos, embora o Centro de Custo seja uma medida
923 importante, mas não é a única. Assim, concorda com o que foi colocado por Beatriz
924 Brambilla, que é preciso contextualizar dentro de um contexto mais amplo, que é de
925 planejamento e não de prestação de contas, enquanto peça. Também concorda com Ed
926 quando diz que aprendem no processo, e isso é algo visível no trabalho do plenário,
927 enquanto conselheiras/os. Aprimorar a forma de fazer é justamente o motivo que faz com
928 que o plenário discuta e rediscuta. A questão do centro de custo destinado à Carta de
929 Bauru se trata de uma operação muito simples, do setor financeiro e não da contabilidade.
930 Pode ser encaminhado sem problemas. Sobre os questionamentos referentes a apoios e
931 parcerias, relata que é o motivo pelo qual desejam pautar as pautas históricas em plenária.
932 Há algumas pautas que são muito importantes, por exemplo, há duas plenárias atrás a
933 gente discutiu a possibilidade de apoio ao Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e
934 Profissão e à Ulapsi. Então, foi uma diretoria que, enquanto Diretoria, utilizam para
935 coordenar o uso desse recurso. Por isso, é importante pensar nas atividades do dia 18 de
936 maio (Dia Nacional da Luta Antimanicomial e Dia Nacional de Combate ao Abuso e à
937 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), do ponto de vista do Núcleo de Saúde e
938 do Núcleo de Criança e Adolescente; pensar nas atividades do Dia da Psicóloga. Precisam
939 discutir essas questões em plenária, justamente para poder orientar a Diretoria nesse
940 trâmite. E têm consultado ou, ao menos, dado ciência, aos núcleos correspondentes à
941 temática. Informa que não há priorização e ainda não conseguiu organizar tudo, da forma
942 como gostaria, então, nem tudo está no prazo. Do ponto de vista da Resolução de Apoios

943 e Parcerias, não há prazo para a deliberação. 32) Magna Barboza Damasceno pontua que
944 havia três critérios que utilizavam na Metropolitana, que pesquisavam para endossar se
945 deveriam ou não conceder o apoio e parceria, um deles era se havia histórico com o CRP.
946 Questiona se esses critérios ainda são válidos. 33) Guilherme Raggi relata que esses
947 critérios são para avaliação de quem recebe e podem ser complementados pela leitura
948 política. Considera uma questão importante para rediscutirem. Recorda que fizeram uma
949 discussão no começo da gestão sobre apoios e parcerias, que pode ser retomada.
950 Comenta que no Fórum de Gestores tiraram a diretriz que fosse feito um manual de
951 funcionamento do Conselho para que possa auxiliar aqueles que estão chegando, porque
952 é muito importante que entendam o funcionamento dos departamentos. A Diretoria acaba
953 aprendendo muita coisa sobre isso devido à sua vivência e o conhecimento fica além do de
954 outras/os conselheiras/os. Considera importante que todas/os saibam quais são as
955 competências e as responsabilidades dos setores. Será um bom material para esta e para
956 futuras gestões. Relata que é possível solicitar um analítico de despesas para o
957 Departamento Financeiro, podendo ser solicitado dia a dia e mês a mês o que foi gasto e
958 com o que foi o gasto. Então, é possível fazer esse acompanhamento. Salaria o que
959 Beatriz Brambilla falou sobre colocar as despesas como métrica. Considera que essa não
960 seja a única métrica que devam utilizar para fazer a avaliação. Precisam encaminhar três
961 questões: a aprovação do relatório da CACI, do Prestação de Contas e da sugestão da
962 Beatriz Brambilla, de que a CACI produza um Parecer a respeito do cumprimento do PE
963 pelos núcleos e comissões. Neste momento, às 14 horas e 30 minutos, a conselheira
964 presidenta, Luciana Stoppa dos Santos, interrompe a plenária por uma hora para almoço.
965 Às 15 horas e 50 minutos, a conselheira presidenta reinicia a plenária. Retomarão o ponto
966 da Prestação de Contas. Recorda que ainda precisam definir as/os delegadas/os para a
967 APAF e um ponto específico de COE. Falta apenas 1 hora e 10 minutos para que atinjam o
968 horário de término da plenária, conforme a convocação e 2 horas para o teto máximo para
969 o fim da plenária que estabeleceram que poderiam avançar para além do horário da
970 convocação. Assim, propõe que dividam o tempo para darem conta de discutir esses
971 pontos. **IV) PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTINUAÇÃO** – Luciana Stoppa dos Santos
972 consulta se o plenário entende que ainda é necessária discussão sobre o ponto ou se
973 podem encaminhar à votação. A plenária consente que encaminhem à votação sobre a
974 Prestação de Contas. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, conselheiro tesoureiro, comenta
975 que há duas demandas que precisam definir: o Parecer da CACI e a Prestação de Contas.
976 Considerando que o Parecer da CACI é uma parte da Prestação de Contas, consulta o
977 plenário se podem fazer uma votação única para os dois, uma vez que o Parecer não

978 trouxe ressalvas sobre a Prestação. Considerações do plenário: 1) Evelyn Sayeg recorda
979 que Guilherme Raggi tinha feito uma proposta antes do intervalo, que considera que
980 poderia ser a forma de votação. 2) Guilherme Raggi indica que era uma proposta por
981 etapas. De primeiro apreciam o Parecer da CACI e, após, a Prestação de Contas. Dessa
982 forma, encaminha para votação o Parecer da CACI. 3) Evelyn Sayeg solicita que a votação
983 para aprovação da Prestação de Contas seja motivada. 4) Luciana Stoppa assente que
984 seja votação motivada, mas sugere ao plenário brevidade na motivação, limitando a 2
985 minutos para cada conselheira/o, tendo em vista a necessidade de discutir outros pontos
986 nesta plenária. **VOTAÇÃO: Aprovação do Parecer da CACI:** Por aclamação, o plenário
987 aprova o Parecer da CACI acerca da Prestação de Contas. **VOTAÇÃO: Aprovação da**
988 **Prestação de Contas:** 1) Rodrigo Presotto vota favoravelmente à aprovação da Prestação
989 de Contas, pois considera que a peça está bem explicada e não tem restrição ao seu
990 conteúdo. 2) Mary Ueta se abstém por não se sentir elucidada com as explicações
991 prestadas. Desta que a mesa apresentou a proposta de discutirem não somente a peça
992 financeira em seus dados brutos, mas a questão política. Além disso, acredita que seria
993 preciso terem uma discussão mais aprofundada com relação às ações políticas, mesmo. 3)
994 Bruna Lavinias Jardim Falleiros se abstém nesta votação porque entende que não dá para
995 desatrelar as questões financeiras das questões políticas. Também porque fazer a
996 avaliação da forma como foi utilizado os recursos do CRP SP pressupõe que se faça uma
997 avaliação das ações que foram desenvolvidas. É natural que o balancete feche no final do
998 ano. É possível que isso seja possível sem que saibam, de fato, como esse dinheiro foi
999 realmente investido em termos políticos. Portanto, se abstém. 4) Evelyn Sayeg se abstém
1000 da votação. Entende que o debate não foi esgotado e que havia a possibilidade de
1001 aprofundá-lo em algumas questões, principalmente no que se refere à onde o recurso foi
1002 alocado e a forma como foi gasto. Por conta disso e do tempo curto que teve para apreciar
1003 os dados que foram apresentados, não tendo condições de fazer essa análise com o
1004 Centro de Custos. Esperava que a Diretoria apresentasse essa análise nesta plenária e
1005 entendeu que o que avaliaram é que não seria o caso de apresentar desta forma nesta
1006 ocasião, que seria feito, possivelmente, em outro momento. Assim, aguarda esse novo
1007 momento, para poder compreender com mais clareza a situação. 5) Magna Barboza
1008 Damasceno vota pela aprovação da Prestação de Contas, pois considera que suas
1009 dúvidas foram dirimidas. 6) Considera-se que a explicação deu conta das questões que
1010 precisavam. Entende que existe um caminho que utilizam para cuidar dessas questões
1011 orçamentárias, que é o da corresponsabilização. Existe um departamento responsável por
1012 fazer essas coisas. O conselheiro Guilherme Raggi faz sua parte, enquanto tesoureiro.

1013 Então eu acho que o caminho, a gente está fazendo certinho. Então eu aprovo a peça
1014 orçamentária. 7) Ivani Francisco de Oliveira vota favorável à aprovação da Prestação de
1015 Contas, por não necessitar de maiores entendimentos dos dados apresentados. 8)
1016 Monalisa Muniz do Nascimento vota favoravelmente à aprovação da Prestação de Contas
1017 por não ter dúvidas sobre o que foi apresentado. 9) Ed Otsuka se abstém, por considerar
1018 que faltam elementos para que possam fazer uma avaliação aprofundada da forma como
1019 foram alocados e em quais ações. Da mesma forma como o próprio conselheiro tesoureiro
1020 trouxe, que não podem avaliar apenas a quantidade de recurso. 10) Rodrigo Toledo vota
1021 pela aprovação a peça de Prestação de Contas. 11) Edgar Rodrigues vota favoravelmente
1022 à aprovação da peça de Prestação de Contas. 12) Reginaldo Branco da Silva aprova a
1023 peça de Prestação de Contas por entender que responde ao que é solicitado oficialmente
1024 pelo Conselho Federal de Psicologia. Para ele, o uso político desse orçamento pode ser
1025 discutido nas Comissões e Núcleos no dia a dia, assim como nas plenárias ordinárias
1026 também. Nada impede que façam isso durante toda a gestão. 13) Maria Mercedes
1027 Whitaker Guarnieri diz se sentir contemplada com a fala de Reginaldo Branco da Silva e,
1028 dessa forma, vota a favor da aprovação da peça orçamentária. 14) Beatriz Borges
1029 Brambilla vota favorável à aprovação, pela natureza do objeto da Prestação de Contas
1030 referente ao exercício de 2017. Também por terem construído espaços de acesso às
1031 informações vinculadas às ações realizadas, referente aos diversos Centros de Custo e
1032 pelo trabalho técnico-político realizado por Mário Correa, supervisor da Contabilidade, pelo
1033 gerente geral, Diógenes Pepe e pelo tesoureiro, Guilherme Raggi. Também pelo
1034 compromisso E pelo compromisso então, da diretoria no caso tesoureiro, para apresentar
1035 diferente da última prestação de contas, que foi feita pelo conselheiro secretário. 15)
1036 Beatriz Mattos vota favoravelmente à aprovação da peça de Prestação de Contas.
1037 Comenta que tiveram possibilidade prévia de fazer estudo dessa peça e as dúvidas que
1038 surgiram no plenário foram sanadas. 16) Maria Rozinetti Gonçalves vota pela aprovação da
1039 Prestação de Contas. Estranha que conselheiras/os que estão alinhados à antiga Diretoria
1040 não aprovelem a própria peça da Prestação de Contas, uma vez que nove meses dessa
1041 prestação se referem à Diretoria antiga. Causa-lhe um certo estranhamento, uma
1042 incoerência. Talvez, em algum tempo, possa compreender isso. Está motivando seu voto,
1043 construindo seu raciocínio. Também lhe estranha que não reconheçam o trabalho legítimo
1044 das/os trabalhadoras/es deste Conselho, do trabalho técnico-político realizado pelas/os
1045 trabalhadoras/es e pela CACI. Cinco conselheiras/os se debruçaram sobre essa peça
1046 orçamentária e fizeram um Parecer. **Questão de Ordem**, Ed Otsuka diz que estão fazendo
1047 motivação de voto e não comentando os votos das/os demais conselheiras/os. Luciana

1048 Stoppa considerando que Ed Otsuka traz uma discordância de voto e não uma questão de
1049 ordem. Ed Otsuka diz que não votaram contra a aprovação, apenas se abstiveram e
1050 explicaram o porquê. Continuação da Votação: 17) Suely Castaldi Ortiz da Silva vota pela
1051 aprovação da Prestação de Contas, por entender que construíram um processo legítimo
1052 que se ateve ao que lhe era proposto, que era uma peça contábil. Não houve discordância
1053 e todos os esclarecimentos foram feitos. Também, por ter havido tempo para a avaliação.
1054 18) Guilherme Raggi diz que estava pensando se deveria votar ou se abster, mas entende
1055 que não faz sentido não votar favoravelmente à peça que apresentaram. Especialmente,
1056 considerando a experiência que teve no processo de construção dessa peça. Teve pouco
1057 tempo, relativamente, para apreciar. Pode acompanhar as/os trabalhadoras/es no
1058 processo. Tem bastante confiança no trabalho realizado e que pôde fazer para apresentar
1059 para o plenário. Também considerando que terá auditoria para todo o processo que
1060 apresentaram ao plenário. 19) Luciana Stoppa dos Santos se abstém, por reserva-se ao
1061 voto de qualidade. **Encaminhamento:** Por aclamação, o plenário aprova o Parecer da
1062 CACI acerca da Prestação de Contas e por 14 (quatorze) votos favoráveis, aprova-se a
1063 Prestação de Contas do exercício 2017 do CRP SP. Houve, ainda, 5 (cinco) abstenções.
1064 **IV) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Suely Castaldi
1065 Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e
1066 jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes
1067 processos: Pessoa Física – 470 (quatrocentos e setenta) novas inscrições, 76 (setenta e
1068 seis) reativações, 05 (cinco) inscrições secundárias, 26 (vinte e seis) inscrições por
1069 transferência, 157 (cento e cinquenta e sete) cancelamentos a pedido, 28 (vinte e oito)
1070 cancelamentos por transferência, 29 (dezenove) cancelamentos por não apresentação de
1071 diploma. Pessoa Jurídica – 44 (quarenta e quatro) registros, 08 (oito) cadastros, 03 (três)
1072 alterações contratuais e 13 (treze) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos
1073 analisados: 849 (oitocentos e quarenta e nove), conforme folha anexa que é parte
1074 integrante desta ata. **V) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Na modalidade
1075 Residência Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área de Saúde. Na modalidade Curso
1076 Credenciado deferiu-se 05 (cinco) na área de Psicologia Clínica e 02 (dois) na área de
1077 Neuropsicologia. Na modalidade Curso IES deferiu-se 13 (treze) na área de Psicologia do
1078 Trânsito, 04 (quatro) na área de Psicologia Clínica, 01 (um) na área Psicologia Hospitalar,
1079 01 (um) na área de Psicopedagogia, 03 (três) na área de Neuropsicologia e 06 (seis) na
1080 área de Saúde. Indeferiu-se 04 (quatro) na área de Neuropsicologia. Assim, o total geral é
1081 de 40 (quarenta) títulos de especialistas ratificados, sendo 36 (trinta e seis) deferidos e 04
1082 (quatro) indeferidos, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI)**

1083 **CRENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 10 (dez) processos.
1084 **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável aos 10 (dez) pedidos com
1085 protocolos: 106147077 (06/116023), 706048743 (5548/J, 108649), 806346060 (06/79470),
1086 406348658 (06/123295), 406448906 (06/128270), 806747016 (06/50915), 006848602
1087 (06/134628), 606659491 (06/141452), 706747037 (06/67383) e 006049082 (06/136105),
1088 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **ORGANIZAÇÃO DAS PRÓXIMAS**
1089 **PAUTAS** – Luciana Stoppa dos Santos comenta que já definiram as prioridades de pauta,
1090 e estão a 50 minutos do horário convocado para término da Plenária (17 horas), e alguns
1091 pontos precisam ser deliberados hoje: Alteração do Calendário, Recomposições, APAF,
1092 COE e COF. Recomposições, especialmente por conta das Comissões de Instrução (CIs),
1093 que sugere que esse ponto seja aprovado em bloco, a menos que exista alguma objeção a
1094 algum nome. Propõe que o horário teto seja pactuado para às 18 horas e não há objeções
1095 a essa proposta. **VII) ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO** – Rodrigo Toledo recorda que na
1096 última plenária ordinária aprovaram alteração no calendário, retirando três plenárias éticas
1097 que aconteceriam no período da tarde. Não houve novas propostas, apenas da COE, que
1098 é de inclusão de duas plenárias em um sábado, dia 09 de junho. Também estão propondo
1099 passar a plenária ética agendada para o dia 15 de junho, transformar em plenária de
1100 julgamento. A terceira plenária que precisam marcar, poderá ficar para o segundo
1101 semestre. Recorda que já tinham o combinado de que a COE teria autonomia para alterar
1102 plenárias éticas para plenárias de julgamento, de acordo com as demandas. Relata, ainda,
1103 que tem sido difícil compor quórum para as plenárias. Reforça que participar dessas
1104 plenárias faz parte da função de conselheiras/os e que ao aprovarem o calendário estão
1105 assumindo um compromisso. Considerações do plenário: 1) Luciana Stoppa dos Santos
1106 propõe que não aprovem a inclusão das duas plenárias até que fechem o quórum, para
1107 evitar que depois cancelem a plenária por falta de quórum. 2) Rodrigo Toledo ressalta que
1108 com a inclusão ficariam, em junho, as duas plenárias no dia 09, uma do dia 15, a plenária
1109 ordinária no dia 16 e outras duas plenárias no dia 23. Além do Fórum de Gestores, que
1110 ocorre nos dias 20 e 30 de junho, ou seja, as/os conselheiras/os estão assumindo
1111 compromissos com o CRP em quase todos os finais de semana do mês. Assim, concorda
1112 com a proposta de Luciana Stoppa, mas ressalta que há um grande número de pareceres
1113 da COE a serem apreciados, e julgamentos e assumem a responsabilidade de qualquer
1114 possibilidade de prescrição dos prazos. Recorda, ainda, que neste plenário já foram
1115 cancelas 5 (cinco) plenárias éticas por falta de quórum. Ainda não têm quórum para o dia
1116 05 de maio e ainda não compuseram quórum para as plenárias propostas para o dia 09 de
1117 junho. Registra, ainda, a importância de que as conselheiras que encontrarem problemas

1118 nos relatórios peçam para o conselheiro que está de relator fazer o registro para que a
1119 COE possa tomar ciência. **Encaminhamento:** O plenário acorda a alteração de Plenária
1120 Ética para Julgamento Ética no dia 15 de junho. Considerando que apenas conseguiram a
1121 confirmação de uma conselheira para participar das Plenárias que estavam sendo
1122 sugeridas para o dia 09 de junho, Rodrigo Toledo retira sua proposta de inclusão dessas
1123 plenárias no calendário. **VIII) COMISSÃO DE ÉTICA (COE) – 8.1) Quórum mínimo para**
1124 **Plenárias Éticas e Julgamento** – Rodrigo Toledo informa que a COE fez uma consulta ao
1125 jurídico sobre quórum mínimo das plenárias, tendo como motivação, exatamente, a
1126 indisponibilidade das/os conselheiras/os em participar das plenárias éticas e de
1127 julgamento. Em 2018, já tiveram duas plenárias éticas canceladas por falta de quórum.
1128 Rodrigo Toledo faz, então, leitura do Parecer Jurídico PH 28/17: *“Trata-se de consulta*
1129 *formulada pela Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São*
1130 *Paulo, que tem por objetivo o quórum mínimo de Conselheiros para realização de*
1131 *Plenárias Éticas e de Julgamento. Dessa forma, aduzimos em resumo, o seguinte:*
1132 *Conforme narra a consulta, o Decreto número 79.822/77, que regulamentou a Lei*
1133 *5.766/71, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dita que:*
1134 *‘Art. 14 - Os Conselhos Regionais deliberarão com a presença da maioria absoluta de seus*
1135 *membros’. Segundo a Resolução CFP 16/01, que aprovou o Regimento Interno do*
1136 *Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região: ‘Art. 49 - Os trabalhos serão principiados*
1137 *com o quórum de, no mínimo, metade mais um, dos conselheiros efetivos’.*
1138 *Preliminarmente, cumpre-nos afirmar que norma a ser observada é o Decreto citado,*
1139 *sendo certo que a Resolução por ser norma de hierarquia inferior deveria observar a*
1140 *redação do Decreto. O art. 49 da Resolução é inválido, primeiro por ampliar os termos do*
1141 *Decreto, segundo por apresentar redação que ofende a técnica jurídica. A palavra **quórum***
1142 *designa o número mínimo de pessoas para funcionamento de órgão colegiado. A palavra*
1143 *pode ser tomada em dois sentidos: 1. **quórum de instalação ou votação** é o número*
1144 *necessário de membros para o início dos trabalhos de votação. 2. **quórum de aprovação***
1145 *é o número necessário para aprovação do projeto ou deliberação submetida à votação. A*
1146 *expressão numérica necessária para aferição do quórum é indicada pelos termos maioria*
1147 *absoluta e maioria simples. **Maioria absoluta** é o primeiro número inteiro superior à*
1148 *metade dos membros do órgão colegiado, ou integrantes da respectiva Assembleia.*
1149 ***Maioria simples** é o primeiro número inteiro superior à metade dos presentes em*
1150 *determinada sessão. Desta forma, é equivocada a definição de maioria como metade mais*
1151 *um, pois é impossível determiná-la quando a composição é ímpar. Nesse sentido, já*
1152 *decidiu o Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário 68.419/MA: ‘**Ementa:***

1153 *Promoção do Juiz mais antigo. Recusa pelo Tribunal de Justiça. Maioria absoluta. Sua*
1154 *definição, como significado metade mais um, serve perfeitamente quando o total é um*
1155 *número par. Fora daí, temos que recorrer à verdadeira definição, a qual, como advertem e*
1156 *Scialoja e outros, deve ser esta, que serve, seja par ou ímpar o total: maioria absoluta é o*
1157 *número imediatamente superior à metade. Assim, maioria absoluta de quinze são oito, do*
1158 *mesmo modo que, de onze (número de juízes do Supremo Tribunal Federal), são seis, e*
1159 *sobre isso não se questiona nem se dúvida daqui. Os votos dos Desembargadores, no*
1160 *caso, não têm que ser fundamentados, em face da natureza do julgamento de que se trata.*
1161 *A recusa do impetrante ocorreu na vigência da Constituição de 1967, que, além de*
1162 *atualizá-la no tocante ao juiz mais antigo, no caso de acesso aos Tribunais de segunda*
1163 *instância, também a permite, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal, no*
1164 *caso de promoção de uma entrância para outra (art. 136, II, b). Segurança denegada. (RE*
1165 *68.419-MA, Rel. Min. Luiz Gallotti. Recte. Paulo Prado Castello Branco. Recdo. Tribunal de*
1166 *Justiça do Estado. Decisão: Não conhecido, unanimemente – Plenário, 26-11-69).’ Nesse*
1167 *sentido, a maioria absoluta dos membros do Plenário do CRP/SP, composto de 15 (quinze)*
1168 *conselheiros, é de 8. De outra feita, sugerimos a modificação da redação do citado artigo*
1169 *49, nos seguintes termos: ‘Art. 49 - Os trabalhos serão principiados com o quórum de*
1170 *maioria absoluta’. Ante todo o exposto, entendemos que o quórum mínimo de Conselheiros*
1171 *para a realização de Plenárias Éticas e Plenárias de Julgamento é de 8 (oito) conselheiros.*
1172 *É nosso parecer, S.M.J. São Paulo, 17 de outubro de 2017. Paulo Hamilton Siqueira Jr.”.*
1173 *Assim, traz o ponto para deliberação da plenária, para que avaliem a possibilidade de*
1174 *constituição de quórum de plenárias éticas e de julgamento, com 08 (oito) pessoas.*
1175 Considerações do plenário: 1) Bruna Lavinias Jardim Falleiros comenta que o Regimento
1176 Interno se diz de metade mais uma das conselheiras, portanto, seria sete e meio (metade)
1177 e mais um, oito e meio. Naturalmente, consideravam como 09 (nove). O parecer traz que o
1178 Regimento precisa ser alterado para alterar essa questão do quórum. 2) Rodrigo Presotto
1179 considera que o Parecer cita jurisprudência a partir de instâncias do judiciário. Portanto,
1180 acredita ser possível considerar a alteração de entendimento. 3) Maria Rozineti Gonçalves
1181 pondera que a COE trouxe o ponto, considerando que há um contexto de realidade que
1182 provoca a discussão, que é a dificuldade em compor quórum. E, considera que o Parecer
1183 respalda, no sentido que não haveria irregularidade e que há jurisprudência e que podem,
1184 em um segundo momento, fazer a recomendação de alteração do Regimento. 4) Bruna
1185 Lavinias Jardim Falleiros comenta que seu entendimento é que o Parecer traz a
1186 recomendação para adequação do Regimento, que é algo que precisaria ser deliberado
1187 em APAF. Considera que simplesmente mudar a interpretação, assumindo a

1188 jurisprudência, pode trazer um risco grave de causar nulidade em vários processos que
1189 serão tramitados. 5) Rodrigo Toledo recupera que o Parecer começa destacando que a Lei
1190 5.766/71, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, em seu
1191 artigo 14 diz que “os Conselhos Regionais deliberarão com a presença da maioria absoluta
1192 de seus membros.”. Não é do campo jurídico, mas imagino que todos tenham
1193 conhecimento que o que determina é a lei maior. Então a gente tem um problema no
1194 momento da construção do Regimento Interno, que não está em acordo com a lei que
1195 determina a organização. A Lei maior é a que prevalece. 6) Guilherme Raggi ressalta que,
1196 alterando o quórum para 08 (oito) é importante que quem coordena a plenária se reserve o
1197 voto de minerva, para evitar empates nas votações. 7) Luciana Stoppa dos Santos ressalta
1198 que, diante da urgência, podem submeter ao CFP para que possam apreciar na próxima
1199 plenária. 8) Evelyn Sayeg recorda que há um pedido de alteração no Regimento Interno do
1200 CRP SP, para aumento do número de conselheiras/os, mas que ainda não foi apreciado.
1201 Talvez possam utilizar isso na argumentação. Inclusive, porque entende que simplesmente
1202 diminuir o quórum mínimo para 08 (oito) não irá resolver os problemas. **Encaminhamento:**
1203 Será encaminhado ao Conselho Federal a solicitação de alteração do Regimento Interno
1204 do CRP SP, para que considere a composição de quórum mínimo com 08 (oito)
1205 conselheiras/os. **IX) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS**
1206 **FINANÇAS – APAF (BRASÍLIA, 25 a 27 de MAIO de 2018) – 9.1) Delegação** – Luciana
1207 Stoppa dos Santos comenta que já receberam a primeira remessa de materiais da APAF,
1208 inclusive de pontos que esta plenária já discutiu anteriormente, como a mudança de
1209 resoluções, com relação às inscrições de pessoas jurídicas e outras pautas de resoluções
1210 e de mudanças na Consolidação das Resoluções e do Código de Processamento
1211 Disciplinar. Ela própria e Guilherme Rodrigues Raggi Pereira precisarão estar por conta da
1212 reunião de presidentes e de tesoureiros. Indicam Rodrigo Toledo, devido às discussões
1213 relativas à COE; Regiane Aparecida Piva, por conta das discussões relativas às
1214 Resoluções; e Beatriz Borges Brambilla, por conta das discussões do CREPOP.
1215 **Encaminhamento:** O plenário, por aclamação, aprova a composição da delegação do
1216 CRP SP para APAF de maio de 2018: Luciana Stoppa dos Santos, Guilherme Rodrigues
1217 Raggi Pereira, Regiane Aparecida Piva, como titulares; Beatriz Borges Brambilla e Rodrigo
1218 Toledo como suplentes. **9.2) Pontos de pautas do CRP SP para a APAF** – Luciana
1219 Stoppa dos Santos comenta que a discussão política ficará prejudicada, mas considera
1220 que podem receber essas sugestões por e-mail. Já há um consenso que devem levar a
1221 proposta de alteração da Resolução que trata sobre a obrigatoriedade de fiscalização de
1222 todas as pessoas jurídicas. Também existe uma necessidade levantada anteriormente de

1223 discussão acerca de comunidades terapêuticas. Mas consulta se devem levar esse ponto,
1224 porque considera complicado levar um ponto em que ainda não há alinhamento político
1225 dentro do plenário. Considerações do plenário: 1) Questiona quanto tempo a delegação da
1226 APAF deve ficar na atividade, porque na APAF passada um conselheiro ficou somente um
1227 dia. 2) Luciana Stoppa dos Santos responde que a delegação deve ficar durante toda a
1228 APAF, porque é um trabalho bastante complexo. Caso não possam ficar os três dias,
1229 devem comunicar previamente. 3) Sobre a questão das Comunidades Terapêuticas, Edgar
1230 Rodrigues pondera que se trata de uma questão que tem aparecido muito nos processos
1231 éticos, portanto, precisam realizar essa discussão. Mas, precisam estar alinhados
1232 internamente, para que possam levar à APAF. 4) Beatriz Borges Brambilla entende que há
1233 argumentos para sustentarem a criação de um GT para debater a resolução sobre
1234 comunidades terapêuticas, tendo em visto a legislação que prevê financiamento desses
1235 espaços. Podem fazer um compilado dos relatórios de fiscalização. 5) Luciana Stoppa
1236 solicita que Ed Otsuka (Núcleo Saúde), Rodrigo Presotto (Núcleo Saúde), Beatriz Brambilla
1237 (CPP) e Reginaldo Branco da Silva (CDH) preparem a fundamentação, para trazerem
1238 às/aos conselheiras/os que estarão na APAF, para que possam fazer a defesa. Podem
1239 encaminhar até o dia 10 de maio esse subsídio. 6) Edgar Rodrigues pede elucidação sobre
1240 o que, exatamente, será levado à APAF. 7) Luciana Stoppa comenta que esse grupo
1241 formado pelos representantes de CDH, CPP e NS pode fazer a proposta para a APAF.
1242 Relata que o ponto ainda não foi solicitado pelo CRP SP para a pauta da APAF. Estão
1243 verificando se o plenário tem interesse em levar essa discussão. 8) Maria Rozinetti
1244 Gonçalves complementa que podem fazer a discussão na próxima plenária, mas precisam
1245 já decidir se levarão ou não o ponto para a APAF neste momento, ou não haverá tempo
1246 hábil para solicitar a pauta. 9) Ed Otsuka relata que Beatriz Brambilla propõe a criação de
1247 um GT Nacional que tratará da regularização do registro de Comunidades Terapêuticas
1248 enquanto serviços da rede de saúde. Porém, há um GT nomeado de PL Osmar Terra, do
1249 qual, ele é o representante do CPR SP. As discussões feitas nesse GT são para além do
1250 PL em si, tratando inclusive sobre a nova Lei antidrogas. Comenta que o GT sempre é
1251 pauta da APAF, mas que nunca chega a ser discutida. Pondera, ainda, que se colocou à
1252 disposição para melhorar a comunicação em relação ao enfrentamento e à luta na questão
1253 das políticas de álcool e drogas e alguns combinados não foram cumpridos. Relata que
1254 algumas representações não lhe foram passadas e somente ficou sabendo porque algum
1255 promotor público ou defensor público o questionou sobre sua ausência em determinada
1256 atividade, mas ele não havia sequer sido informado pelo CRP SP. Relata que é necessário
1257 ter cautela, porque se trata de uma pauta muito importante, e deve ser apresentada de

1258 forma consistente. O GT para discutir a questão do financiamento de CTs já existe. A
1259 questão de registro de Pessoa Jurídica é importante, mas não pode ser às pressas, tem
1260 que ser cuidadosa. 10) Beatriz Borges Brambilla pontua que estavam discutindo a
1261 emergência de pautar em APAF a questão do registro de CTs, considerando que o estado
1262 de São Paulo tem especificidades em relação ao restante do país. Podem discutir entre
1263 COE, CPP, CDH e NS para construir uma posição. Pois, entendem que São Paulo não
1264 deve construir uma resolução sobre o assunto, deve ser realizada uma discussão nacional,
1265 para que consigam enfrentar a lógica da proibição de abertura de pessoa jurídica para as
1266 comunidades terapêuticas, reconhecendo que o objeto, em si, já é violador de direitos
1267 humanos. 11) Ed Otsuka recorda que um dos encaminhamentos fundamentais que
1268 precisam fazer é a consulta ao jurídico, considerando que alguns Conselhos profissionais
1269 já proíbem a inscrição. Relata que estava fazendo a articulação sobre a política de álcool e
1270 drogas e queixaram-se na plenária de que ele não estava comunicando o que estava
1271 sendo discutido. Reginaldo Branco foi na primeira reunião, quando houve a ocorrência na
1272 Cracolândia, Raonna Caroline Ronchi Martins, que compunha o movimento “Craco
1273 Resiste” e o “Coletivo É de Lei”, foi consultada, mas preferiu não estar. A Maria Mercedes
1274 Guarnieri participou de algumas fiscalizações e de algumas reuniões com Ministério
1275 Público e Defensoria Pública. Combinaram de melhorar a comunicação, mas ele não é o
1276 administrador do grupo, e, assim, não pode adicionar mais pessoas. Mas, depois ficou
1277 sabendo que participaram de uma atividade sem consultá-lo e que somente ficou sabendo
1278 porque alguns parceiros seus estavam presentes. Considera que esse tipo de
1279 posicionamento enfraquece a causa e o CRP SP. 12) Guilherme Raggi pontua que o
1280 funcionamento da APAF é moroso. Também que a consulta ao jurídico deve ser feita ao
1281 jurídico do Conselho Federal de Psicologia. 13) Evelyn Sayeg propõe que suspendam essa
1282 discussão para a APAF e que levem o ponto somente quando tiver mais embasamento.
1283 14) Guilherme Raggi sugere que pautem em APAF e coloquem que o GT nacional deve se
1284 debruçar na questão da regulamentação de PJ para CTs, para ganharem tempo,
1285 considerando que a próxima APAF será somente em dezembro. 15) Maria Rozineti
1286 relembra que foi combinado anteriormente que pautariam na APAF de maio a discussão.
1287 **Encaminhamento:** O Núcleo Saúde, juntamente com a COE e a COF devem encaminhar
1288 a proposta de subsídio, para que possam pautar o ponto “Inscrição de Pessoa Jurídica
1289 para Comunidades Terapêuticas” para a próxima APAF. O prazo para envio desse material
1290 é 05 de maio. Caso não consigam encaminhar até essa data, não será mais possível
1291 pautar esse ponto na APAF de maio de 2018. **X) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
1292 GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E REPRESENTAÇÕES**

1293 **EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – Encaminhamento:** O plenário aprovada em
1294 bloco as seguintes recomposições, conforme indicado: **1) Comissão Gestora**
1295 **Metropolitana** – Exclusão da membra Cinara Brito de Oliveira (06/92199) e a alteração de
1296 membra para subcoordenadora de Zilma Silva dos Santos Nascimento (06/27998). **2)**
1297 **Subsede Campinas** – Exclusão da colaboradora Carla Fernandes de Andrade
1298 (06/106306). Também, a inclusão, como membro, de Eduardo de Menezes Pedroso
1299 (06/122428). **3) Comissão de Orientação e Fiscalização – COF – 3.1) Subsede**
1300 **Metropolitana** – Inclusão de Marcos de Sandi Duque (06/141697) como membro. **3.2)**
1301 **Subsede Sorocaba** – Inclusão de Dario Ferreira Duarte (06/141127), Jessica Meira Mazon
1302 (06/139450), Amanda Mariano Rozas (06/143237), Natália Vieira Santos (06/136513) e
1303 Jessifran Silveira Rosa (06/124243) como membros. **3.3) Subsede Campinas** – Inclusão de
1304 Jaciara Cristina da Silva (06/137886). **4) Comissão de Ética – COE – 4.1) subsede**
1305 **Campinas** – Inclusão de Rodrigo Fernando Presotto (06/86342) e Carolina Helena Almeida
1306 de Moraes Sombini (06/60553) como colaboradores. **5) Comissão de Direitos Humanos**
1307 **– CDH – 5.1) Subsede São José do Rio Preto** – Inclusão de Claudia Cristina Lofrano Souto
1308 (06/44926) como membra. **5.2) Subsede Campinas** – Alteração de membra suplente para
1309 membra titular de Cibele Sanches (06/68323) e a inclusão de Jaciara Cristina da Silva
1310 (06/137886) como membra. **6) Comissão de Políticas Públicas – CPP – Inclusão de**
1311 **Rafael Rosa Plastino (06/82882) e de Lilihan Martins da Silva (06/50050) como membros e**
1312 **a exclusão da membra Janaina Ribeiro de Rezende (06/98537). 7) Núcleo Assistência**
1313 **Social – 7.1) Subsede Campinas** – Inclusão de Rita de Cássia Oliveira Assunção
1314 (06/41621), como membra titular, e de Jaciara Cristina da Silva (06/137886) como membra
1315 suplente. **8) Núcleo Emergências e Desastres – 8.1) Subsede Campinas** – Exclusão da
1316 membra titular Andrea Martins de Moraes (06/86061) **8.2) Subsede Baixada Santista e Vale**
1317 **do Ribeira** – Exclusão da membra Annie Louise Saboya Prado (06/86192) e a inclusão de
1318 Henrique Toss Cavalcanti (06/143950) como membro titular e de Margarida Teresa de
1319 Jesus Cereja (06/143305) como membra suplente. **9) Núcleo Justiça – 9.1) Subsede Vale**
1320 **do Paraíba e Litoral Norte** – Exclusões do membro titular Luiz Henrique de Sá Mendes
1321 Fonseca (06/73970) e da membra suplente Juliane Macedo Manzini (06/80680) e inclusões
1322 de Aline Lima Tavares (06/117530), como membra titular, e de Leticia Cortes de Souza
1323 (06/117528), como membra suplente. **10) Núcleo Psicologia e Deficiência – 10.1)**
1324 **Subsede Campinas** – Exclusão da membra suplente Carla Fernandes de Andrade
1325 (06/106306) **10.2) Subsede Baixada Santista de Vale do Ribeira** – Exclusão do membro
1326 Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (06/78020). **11) Núcleo Psicologia e**
1327 **Esporte – 11.1) Subsede Campinas** – Exclusão da membra titular Marta Minopoli

1328 (06/82614) e a inclusão de Paulo Roberto Russo (06/144097) como membro titular. **12)**
1329 **Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais – 12.1) Subsede Campinas** - Exclusão da
1330 membra titular Tatiana Gomez Espinha (06/73752). **13) Núcleo Psicologia, Laicidade e**
1331 **Religiosidade – 13.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** –Exclusão do membro
1332 titular Luiz Henrique de Sá Mendes Fonseca (06/73970). **13.2) Subsede Sorocaba** –
1333 Inclusão de Dario Ferreira Duarte (06/141127) como membro titular e de Jessifran Silveira
1334 Rosa (06/124243) como membro suplente. **14) Núcleo Psicologia e Relações**
1335 **Etnicorraciais – 14.1) Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira** – Exclusão do membro
1336 Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (06/78020). **15) Núcleo Psicoterapias –**
1337 **15.1) Subsede Sorocaba** – Inclusão de Vanessa Basto de Toledo (06/127486). **15.2)**
1338 **Subsede Campinas** – Exclusão do membro titular Ricardo de Castro e Silva (06/16397) e a
1339 inclusão de Tânia Aparecida Azevedo como membra titular (06/139220). **16) Núcleo**
1340 **Saúde – 16.1) Subsede Ribeirão Preto** – Inclusão de Wellen Patrícia Ruiz (06/135890)
1341 como colaboradora. **16.2) Subsede Campinas** – Exclusão da membra suplente Carla
1342 Fernandes de Andrade (06/106306). **17) Núcleo Sexualidade e Gênero** – Inclusão da
1343 Liga Brasileira de Lésbicas como entidade colaboradora. **17.1) Subsede Campinas** –
1344 Exclusão de membro suplente Santiago de Paiva Bernardes (06/115317) e a inclusão de
1345 Eduardo de Menezes Pedroso como membro suplente. **18) GT Diversidade**
1346 **Epistemológica** – Exclusão da membra titular Maria Manuela Ramalheira Figueiredo
1347 (06/42181). **19) Representações em Órgãos de Controle e Entidades – 19.1) Fórum dos**
1348 **Conselhos Atividade Fim da Saúde** – Exclusão da representante Evelyn Sayeg
1349 (06/120482). **19.2) Conselho sobre Drogas de Assis – COMUD** – Inclusões de Edgar
1350 Rodrigues (06/29843) como representante titular e de Liamar Aparecido dos Santos
1351 (06/27604) como representante suplente. **19.3) Conselho Municipal de Saúde de Assis –**
1352 **CMS** – Inclusão de Edgar Rodrigues (06/29843) como representante titular. **19.4) Rede**
1353 **Ninho – Rede Enfrentamento Combate ao Abuso e Exploração Sexual Intantil/Juvenis**
1354 **(Assis)** – Inclusão de Juliana Cristina Bessa (06/114392) como representante. **19.4)**
1355 **Conselho Municipal do Idoso de Assis** – Inclusão de Fatima Itsue Watanabe Simões
1356 (06/43914) como representante. **19.5) Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS** –
1357 Inclusão de Rafaela Luana Camara (06/127031) como representante titular e de Jessica
1358 Franco Ferreira (06/123803) como representante suplente. **19.6) Grupo Despatologiza** –
1359 Inclusão de Rosangela de Fatima Villar (06/8458) como representante titular. **19.7)**
1360 **Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos** – Inclusão de Rafael Garcia Morcillo
1361 Junior (06/95257) como representante suplente. Nada mais havendo a tratar, a senhora
1362 conselheira presidenta Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão às 17

1363 horas e 58 minutos, da qual eu, conselheira secretária em exercício até esta data, Suely
1364 Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos
1365 os presentes. São Paulo, 14 de abril de dois mil e dezoito.

Evelyn Sayeg

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozinetti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Beatriz Borges Brambilla

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Magna Barboza Damasceno

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Rodrigo Fernando Presotto